



Universidade Federal
de São João del-Rei



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI (UFSJ)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

THAIS APARECIDA SANTOS

**MULHERES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: preconceito e interseccionalidade,
acessibilidade e inclusão na escola e trabalho**

São João del-Rei
PPGPSI-UFSJ
2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI (UFSJ)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

THAIS APARECIDA SANTOS

**MULHERES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: preconceito e interseccionalidade,
acessibilidade e inclusão na escola e trabalho**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Linha de Pesquisa: Instituições, Saúde e Sociedade

Orientadora: Maria Nivalda de Carvalho-Freitas

São João del-Rei
PPGPSI-UFSJ
2024

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S364 SANTOS, THAIS APARECIDA.
MULHERES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA : preconceito e
interseccionalidade, acessibilidade e inclusão na
escola e trabalho / THAIS APARECIDA SANTOS ;
orientadora Maria Nivalda de Carvalho-Freitas . --
São João del-Rei, 2024.
99 p.

Dissertação (Mestrado - Psicologia) --
Universidade Federal de São João del-Rei, 2024.

1. Deficiência. 2. Intersecções sociais. 3.
Acessibilidade no trabalho e na escola. I. de
Carvalho-Freitas , Maria Nivalda , orient. II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº 5 / 2024 - PPGPSI (13.24)

Nº do Protocolo: 23122.013659/2024-21

São João del-Rei-MG, 06 de maio de 2024.

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado

Às quatorze horas do dia 24 de abril de 2024, reuniu-se em sessão ocorrida de forma remota, a Banca Examinadora, composta pelas professoras da UFSJ, Dra. Maria Nivalda de Carvalho-Freitas, Orientadora e Dr. Marco Antônio Silva Alvarenga, membro titular interno, assim como a Profa. da PUC-Minas, Dra. Simone Costa Nunes, membro titular externo, para julgar, em exame final, a dissertação de mestrado acadêmico, intitulada **MULHERES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: PRECONCEITO E INTERSECCIONALIDADE, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA ESCOLA E TRABALHO**, da mestranda **Thaís Aparecida Santos**, como requisito parcial para a obtenção do Grau de **Mestra em Psicologia**, Linha de Pesquisa II: Instituições, Saúde e Sociedade. Abrindo a sessão, a Presidente da Banca, Dra. Maria Nivalda de Carvalho-Freitas, Orientadora, expôs as Normas Regulamentares para o funcionamento da referida sessão e passou a palavra à candidata para a apresentação de seu trabalho. Após a apresentação, seguiram-se a arguição dos membros da Banca e a respectiva defesa da candidata. Em seguida, a Banca reuniu-se, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e deliberação do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Profa. Dra. Maria Nivalda de Carvalho-Freitas (UFSJ) - **aprovada**.

Profa. Dra. Simone Costa Nunes (PUC-Minas) - **aprovada**.

Prof. Dr. Marco Antônio Silva Alvarenga (UFSJ) - **aprovada**.

Pelas indicações, a candidata foi considerada - **aprovada**.

Não houve alteração do título. Houve. O novo título passa a ser:

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela presidente da Banca Examinadora. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA, que será assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Profa. Dra. Simone Costa Nunes (PUC-Minas)
Assinado por concordância com ata de defesa realizada por videoconferência

(Assinado digitalmente em 06/05/2024 13:09)
MARCO ANTONIO SILVA ALVARENGA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
PPGPSI (13.24)
Matrícula: 1356905

(Assinado digitalmente em 06/05/2024 09:47)
Mônia Aparecida da Silva
COORDENADOR DE CURSO
PPGPSI (13.24)
Matrícula: 3031506

(Assinado digitalmente em 06/05/2024 13:16)
MARIA NIVALDA DE CARVALHO FREITAS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 529.111.446-00

Visualize o documento original em <https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **5**, ano: **2024**, tipo: **ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**, data de emissão: **06/05/2024** e o código de verificação: **177f0b7858**

À minha avó materna Eva Ribeiro (in memoriam), que me possibilitou a (re)construção como indivíduo desejante, me (re)fazendo para além da deficiência.

Quando achei que era tempo de sossego, algo me inquietava como um vento, como um mar, revoltado diante da imensidão. Quando esperei que tudo já havia vivido, o desejo se instaurou a cada pulsar de minha vida. Viver, dialogar, (trans)forma-se, emancipa-se através da inquietude que soava em mim e para além de minha deficiência. Faço, refaço, transbordo nessa imensidade do conhecimento, da inclusão, como desabrochar para novas paisagens e possibilidades. Onde (re)vivo e me (re)conheço a cada possibilidade possibilitada pelas vivências e a ciência...

Aqui, estou na 'pele' onde habito: A deficiência!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, e acima de tudo agradeço a Deus por ser o bálsamo em minha vida e por ter cuidado de todos os detalhes, até o fim do mestrado.

Especialmente, à minha orientadora Dr^a Maria Nivalda de Carvalho-Freitas, pela acolhida e incentivo ao desenvolvimento desta pesquisa, por ser minha referência profissional e acadêmica.

À minha banca de Defesa do Projeto, pelas contribuições que fizeram para o desenvolvimento desta pesquisa: Prof. Dr. Marco Antônio Silva Alvarenga e Profa. Dr^a Simone Costa Nunes.

Aos participantes, por terem me recebido de maneira acolhedora, partilhando suas histórias e vivências tão singulares.

À minha avó Eva (*in memoriam*) por ter me criado, cuidado e me amado incondicionalmente até o fim da sua jornada em vida.

Aos meus pais, Darci e Silma pelo dom da vida.

Aos meus irmãos. Jalile, Janice e Lucas, pela compreensão de minhas ausências ao longo da pesquisa.

Ao meu sobrinho Arthur, por ser aconchego e por me ensinar a ver o mundo de forma diferente.

Aos meus tios Sandra, Marcos e minha prima Tamires por vibrarem comigo esse sonho.

Ao Diego Barcelos, por ter me apoiado e vibrado a cada etapa da pesquisa.

Às pessoas que me apoiaram e que, diretamente ou indiretamente, participaram da minha vida em dois anos de pesquisa, em especial, a Paula Gomides e a Ana Maria Biavati que se fizeram presentes, mesmo longe.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro que viabilizou a realização da presente investigação.

RESUMO

Abordamos a inclusão de pessoas com deficiência física nas esferas educacional e laborativa. Parte-se do pressuposto de que a inclusão contribui para a criação de um ambiente mais diverso e igualitário. Isso reflete valores de respeito, valorização das diferenças e combate à discriminação. Tendo em vista que o processo da deficiência congênita gera sentimentos, emoções e implicações psicossociais, a presente pesquisa teve como objetivo compreender os impactos dos aspectos contextuais e culturais nas trajetórias de vida e na subjetividade de mulheres com deficiência física congênita ou adquirida na primeira infância. Os objetivos específicos versam sobre: i) conhecer as trajetórias de vida de mulheres com deficiência física, explicitando como elas se interpretam, face à própria deficiência; ii) identificar as possíveis relações entre as trajetórias de vidas e os contextos escolar e de trabalho em que viveram, tendo em vista a percepção das participantes acerca do próprio processo de inclusão; e iii) analisar os impactos das barreiras de acessibilidade dessas pessoas diante da deficiência. Realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, tipo exploratório e utilizamos as entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados. Os relatos de Ana e Amélia nos auxiliaram na construção de nossas indicações, favorecendo reflexões a partir das Histórias de Vida. Essas entrevistas foram transcritas e analisadas pela Análise de Conteúdo, permitindo a elaboração de quatro categorias: i) Preconceito e interseccionalidade: narrativas da inclusão e exclusão de mulheres com deficiência; ii) Gênero e deficiência: interseções e perspectivas; iii) Acessibilidade no trabalho: (re)significações entre inserção, inclusão na busca do reconhecimento profissional; e iv) Acessibilidade escolar: construções e percalços nas vivências da deficiência. Percebeu-se que a deficiência se insere como um fator marcante na vida dessas pessoas, levando em consideração sentimentos, emoções, angústias, sofrimentos, e em contrapartida, reconhecimento, pertencimento e (re)significações face a própria deficiência. O fator gênero, ‘ser mulher’, propiciou fatores capacitistas, frente ao trabalho, lazer, escola e coletividade. O trabalho foi vivenciado como um motor de pertencimento subjetivo e social. Contudo, na maior parte, esse ambiente foi nomeado de forma apática, a partir de relatos que expressam preconceito e desvalorização profissional. Frente a acessibilidade, considerou-se a precariedade na capacidade de construção de uma relação de pertencimento. Considera-se que a pesquisa contribuiu para a reflexão e a compreensão dos fatores subjetivos relacionados à história de vida das pessoas com deficiência, possibilitando novas perspectivas para novos e mais aprofundados estudos na temática.

Palavras- chave: Deficiência; intersecções sociais; acessibilidade no trabalho e na escola.

ABSTRACT

We address the inclusion of people with physical disabilities in the educational and work spheres. It is assumed that inclusion contributes to the creation of a more diverse and egalitarian environment. This reflects values of respect, valuing differences and combating discrimination. Considering that the process of congenital disability generates feelings, emotions and psychosocial implications, the present research aimed to understand the impacts of contextual and cultural aspects on the life trajectories and subjectivity of women with congenital or acquired physical disabilities in early childhood. The specific objectives are: i) to understand the life trajectories of women with physical disabilities, explaining how they interpret themselves in the face of their own disability; ii) identify possible relationships between life trajectories and the school and work contexts in which they lived, taking into account the participants' perception of the inclusion process itself; and iii) analyze the impacts of accessibility barriers for these people in the face of disability. We carried out qualitative, exploratory research and used semi-structured interviews as a data collection instrument. Ana and Amélia's reports helped us in the construction of our indications, favoring reflections based on Life Stories. These interviews were transcribed and analyzed using Content Analysis, allowing the creation of four categories: i) Prejudice and intersectionality: narratives of inclusion and exclusion of women with disabilities; ii) Gender and disability: intersections and perspectives; iii) Accessibility at work: (re)significations between insertion, inclusion in the search for professional recognition; and iv) School accessibility: constructions and setbacks in the experiences of disability. It was noticed that congenital disability is inserted as a striking factor in the lives of these people, taking into account feelings, emotions, anguish, suffering, and in return, recognition, belonging and (re)significations in the face of the disability itself. The gender factor, 'being a woman', provided enabling factors, in relation to work, leisure, school and society. Work was experienced as a driver of subjective and social belonging. However, for the most part, this environment was named in an apathetic way, based on reports that express prejudice and professional devaluation. In view of accessibility, the precariousness of the ability to build a relationship of belonging was considered. It is considered that the research contributed to the reflection and understanding of subjective factors related to the life history of people with disabilities, enabling new perspectives for new and more in-depth studies on the subject.

Keywords: Disability; social intersections; accessibility at work and school.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Terminologias utilizadas sobre a deficiência ao longo do último século.....	22
Tabela 2 - Inclusão de pessoas com deficiência - Empresas Privadas.....	23
Tabela 3- Características das participantes.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CEPSJ - Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CTI - Centro de Tratamento Intensivo

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LBI - Lei Brasileira de Inclusão

MG - Minas Gerais

OMS - Organização Mundial da Saúde

PcDs - Pessoas com Deficiência

PPGPSI - Programa de Pós-Graduação em Psicologia

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFSJ - Universidade Federal de São João del-Rei

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO.....	16
1 VEREDAS DA INCLUSÃO: DEFICIÊNCIA, ACESSIBILIDADE E O MERCADO DE TRABALHO.....	22
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	31
2.1 DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	31
2.2 HISTÓRIAS DE VIDA COMO RECURSOS METODOLÓGICOS.....	32
2.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	35
2.4 A ANÁLISE DE CONTEÚDO NA COMPREENSÃO SUBJETIVA.....	36
2.5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	37
3 ATRAVESSAMENTOS NAS TRAJETÓRIAS DE DUAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA.....	38
3.1 PRECONCEITO E INTERSECCIONALIDADE: NARRATIVAS DA INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA.....	38
3.2 GÊNERO E DEFICIÊNCIA: INTERSEÇÕES E PERSPECTIVAS.....	54
3.3 ACESSIBILIDADE NO TRABALHO: (RE)SIGNIFICAÇÕES ENTRE A INSERÇÃO E A INCLUSÃO, NA BUSCA PELO RECONHECIMENTO PROFISSIONAL.....	65
3.4 ACESSIBILIDADE ESCOLAR: CONSTRUÇÕES E PERCALÇOS NAS VIVÊNCIAS DA DEFICIÊNCIA.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	85
ANEXOS.....	95
ANEXO A - APROVAÇÃO DA PESQUISA EM COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA...	95
APÊNDICES.....	97
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO.....	97
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	98

APRESENTAÇÃO

“Quem elegeu a busca, não pode recusar a travessia”.

Alfredo Bosi

Sou Thais Santos, nasci em 09/10/1992, na cidade de Itapecerica, no interior de Minas Gerais. Minha origem é humilde, sou filha de um produtor rural e de uma dona de casa. No útero de minha mãe conheci o significado da palavra *luta*. Nasci com apenas seis meses de gestação, pesando 1 quilo. Sou a caçula dentre 3 irmãos. A gravidez de minha mãe foi atribulada por várias questões físicas e emocionais, que resultaram em um parto de emergência. Fui um milagre, considerando os conceitos médicos, assim dizia minha avó materna.

Permaneci no Centro de Tratamento Intensivo (CTI) neonatal por 3 meses, e, em função de poucas condições financeiras, somente meu pai me visitava esporadicamente. Esse contato, apesar de breve, era essencial para me manter viva, construindo afetividade, apoio e segurança. Findando três meses, obtive alta hospitalar, mas minha mãe ainda continuou internada, com sérios problemas de saúde. Então, minha avó materna, entrelaçou-me em seus braços e abraços, cuidando-me pelo resto de sua vida.

Com o tempo, ela percebeu que algo estranho ocorria comigo. Eu conseguia me expressar verbalmente, mas meu caminhar não se desenvolvia, como ocorria com as outras crianças. Iniciamos uma luta contra o tempo, passando por médicos e mais médicos, diagnósticos e contra diagnósticos. Veio a descoberta: Paralisia Cerebral, devido ao parto prematuro. Minha avó, então, começou a viver por mim! Cuidou, acalentou e amparou-me nas vicissitudes da vida. Como minha cognição não estava comprometida, aos 6 anos fui matriculada no Ensino Fundamental. Iniciei minha construção social, mas muito agregada à exclusão, pautada em um ensino que não reconhece as diferenças. Nas atividades escolares, eu deveria permanecer na sala de aula durante todo o tempo, enquanto as outras crianças se alegravam nos intervalos e aulas em outros ambientes. Ansiava estar em meio aos outros e isso não me era permitido, foram quatro anos de silenciamento e exclusão.

Logo em seguida, fui para outra escola, finalizando nela o Ensino Médio. Por ali também não foi nada fácil! Sentia-me abandonada naquele local, até que, comecei a expressar minha insatisfação. Percebendo a exclusão em aulas de educação física, laboratório e biblioteca, comecei a indagar aos professores: “por que, não?” Se eu era capaz de aprender os conteúdos de todas as disciplinas, por que era excluída de algumas? Passei a ser (re)conhecida nesta escola como uma estudante comprometida, capaz de enfrentar quaisquer situações que

me acomessem. Contava ainda com minha avó, que sempre estava ao meu lado, ajudando-me e incentivando-me.

Tendo em vista nossa condição financeira, me lancei na busca por empregos. Vários currículos foram entregues e permaneci por um tempo considerável sem devolutiva alguma. Eis, que depois de muito tempo, fui chamada para uma entrevista. Me recordo o quanto fiquei feliz, junto de minha avó, pois estava ansiosa por contribuir com as despesas de casa, retribuindo um pouco de todo o amor recebido. No dia da entrevista, os olhos dela brilhavam pela inquietude de emoções que ambas estávamos sentindo.

Na empresa, a psicóloga iniciou uma maratona de perguntas. Ela disse: “Nossa, nunca vi uma pessoa como você”, ressaltando em seguida: “Você está aqui porque a empresa necessita de deficientes para cumprir uma lei e como vi a sua capacidade, já irei te passar para outro setor, porque estamos precisando com urgência de pessoas portadoras de deficiência”. Eu, indignada com a situação, logo questionei: “Certo! Estou aqui por leis, mas quais as minhas chances de crescimento se eu cursar uma Graduação?” Ela me respondeu: “Sinceramente não sei se há possibilidade de mudança, são apenas cotas!”. Minha resposta: “Se não há crescimento, por que começar?”. Então, me levantei e fui embora.

Continuei minha busca por emprego e nada. Resolvi ingressar ao campo acadêmico, ali estava mais uma vez minha avó estendendo-me a mão para um novo percurso. Realizei o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e obtive uma bolsa para o curso de Psicologia. Finalmente me vi contemplada em uma área e em um ambiente. Minha avó me aplaudia com seu olhar orgulhoso! A faculdade me cansava muito fisicamente, devido a dores musculares.

Eram 54 km diários, percorridos em ônibus e vans sem adaptação. Apesar de difícil, fui incentivada a prosseguir, o curso era a concretização de uma vitória. Ali eu tencionava mostrar minha luta e força, diante da deficiência. Passaram-se quatro anos, até que minha avó faleceu e não pôde estar comigo vibrando durante a conclusão do curso, foram dias nublados, mas carreguei firme seu legado. Nunca me esqueci das exclusões sofridas, mas seguia persistente cantando “...Andar com fé eu vou, que a fé não costuma faiá” (Gilberto Gil).

Agora que terminei meu percurso no Mestrado, não sei para onde os caminhos trilhados me levarão. Tenho apenas a certeza de que o conhecimento é a minha vida, sem ele não consigo caminhar. Acredito em um mundo de oportunidades para todos, sem distinção, seja pela deficiência, raça ou cor. Luto por acreditar na inclusão das pessoas com deficiência, para além da inserção, mas na inclusão, com base em sua capacidade integral. Lutarei até o fim de minha existência por nossa inclusão social. Por isso, o meu desejo em me lançar ao

estudo aprofundado sobre a história de vida das pessoas com deficiência, pois “lembrar não é reviver, é re-fazer”. (Chauí, 1973, p. 20).

INTRODUÇÃO

Buscamos nesta dissertação, que se vincula ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), compreender a trajetória de vida de mulheres, diante dos marcadores sociais relativos à deficiência física congênita e adquirida na primeira infância. A contribuição que se depreende é a descrição dos impactos nos contextos sociais e culturais, pautados por esses marcadores, nas experiências subjetivas, escolares e de trabalho de indivíduos que residem em uma cidade do interior de Minas Gerais (MG).

A opção pela deficiência física se dá por uma questão subjetiva, uma vez que a autora da pesquisa tem esse tipo de deficiência. No Brasil existem 12.748.663 pessoas com algum tipo de deficiência, correspondendo a cerca de 6,7% da população nacional. Essa informação é veiculada pela Nota Técnica 01/2018, que representa uma releitura dos dados do recenseamento, realizado em 2010. Dentre os tipos de deficiência mais citadas estão a deficiência visual (3,4%), a deficiência auditiva (1,1%), a deficiência física (2,3%) e a deficiência intelectual/mental (1,4%). Outro dado importante é a faixa etária na qual se encontram as pessoas com as deficiências, distribuindo-se entre 0 e 14 anos (2%), entre 15 a 29 anos (3%), entre 30 a 39 anos (4,2%), entre 40 a 59 anos (9,7%) e 60 anos ou mais (23,5%) (Brasil, 2018).

As pesquisas sobre as trajetórias de vida, relativas às pessoas com deficiência, têm mostrado que o estigma¹ criado sobre a pessoa com deficiência a acompanha ao longo da vida, impactando, sobretudo, os âmbitos acadêmico ou profissional. Abordando mais especificamente a esfera do trabalho, Carvalho-Freiras & Santos (2023) mostram que há três tipos de organização, no que se refere à forma de incluir ou excluir as pessoas com deficiência, que podem tanto reforçar como minimizar o estigma da deficiência: i) organização não inclusiva; ii) organização dissimulada; e iii) organização inclusiva.

As organizações não inclusivas não cumprem a legislação, no que tange à inclusão, entendendo a deficiência como um desvio da normalidade, cumprindo apenas os requisitos de acesso, quando são forçadas juridicamente. As organizações dissimuladas entendem a inclusão como regra e só a desenvolvem para atender às prerrogativas, evitando multas e demais responsabilizações. A deficiência é vista como um sinal de desempenho aquém daquele observado nas pessoas sem deficiência. Por fim, as empresas inclusivas buscam

¹ O estigma é entendido como o produto de um processo relacional, de classificação das pessoas a partir da diferença dos corpos e de atributos valorizados ou não-valorizados socialmente, que traz consequências subjetiva e objetiva para a pessoa a qual é imputada a avaliação (Goffman, 1998).

entender a inclusão como sua responsabilidade social, prezando pela acessibilidade e reflexão sobre a deficiência, bem como, a concepção inclusiva na promoção de equidade em seus espaços (Carvalho-Freiras et al., 2013).

A compreensão da importância da equidade nos diversos espaços sociais se ancora naquilo que se denomina Modelo Social da Deficiência:

O modelo social da deficiência, ao resistir à redução da deficiência aos impedimentos, ofereceu novos instrumentos para a transformação social e a garantia de direitos. Não era a natureza quem oprimia, mas a cultura da normalidade, que descrevia alguns corpos como indesejáveis. (...) Com o modelo social, a deficiência passou a ser compreendida como uma experiência de desigualdade compartilhada por pessoas com diferentes tipos de impedimentos: não são cegos, surdos ou lesados medulares em suas particularidades corporais, mas pessoas com impedimentos, discriminadas e oprimidas pela cultura da normalidade (Diniz, 2009, p. 69-70).

Conforme indica Diniz (2009), esse modelo ressalta os desafios das pessoas com deficiência, propondo novas reflexões sobre igualdade, identificação de si mesmo, com o mundo, entre pessoas e instituições. O modelo social teve grande impacto nos estudos feministas que contribuíram para diferentes entendimentos sobre a deficiência. Diante de tais circunstâncias, em 2001, a Organização Mundial da Saúde (OMS), apresentou a revisão da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), que sugeriu uma nova concepção da deficiência. Antes, a deficiência era considerada como uma anormalidade. A partir da CFI, as pessoas com deficiência passam a ser entendidas para além da debilidade do corpo, ampliando novos olhares, incluindo funcionamento e capacidade do corpo como fator social e não da deficiência em si (Diniz, 2003).

Além disso, as pesquisas têm indicado inúmeras dificuldades das pessoas com deficiência em relação à acessibilidade. Em geral, a pessoa com deficiência é levada a se adaptar aos contextos nos quais transita, já que mesmo com políticas legislativas que endossam a importância da inclusão, em muitos casos, ela não é uma constante nos diversos ambientes sociais (Silva & Carvalho-Freitas, 2021). A falta de acessibilidade repercute na segregação das pessoas com deficiência, que encontram barreiras para permanecerem em diferentes ambientes que não foram pensados e preparados para elas (Vale & Carvalho-Freiras, 2022).

O estigma sobre a pessoa com deficiência ocorre desde a educação básica e se relaciona à crença de que a deficiência é um limitador nas aprendizagens fundamentais ao desenvolvimento, marcando de forma negativa esses indivíduos em todas as esferas:

As vivências relatadas pelos participantes revelaram que as memórias em relação ao ensino básico foram marcadas essencialmente por experiências negativas advindas da exclusão presente no ambiente escolar. Diversos relatos lembraram situações de preconceito, estigma, bullying e exclusão, ocasionando, por vezes, o desinteresse escolar, impossibilidade de aprendizagem, baixa autoestima e o sentimento de não pertencimento (Vale & Carvalho-Freitas, 2022, p. 23).

Em adição as pessoas com deficiência indicam necessidades como a acessibilidade à saúde, bem como a emergência de ações integrais e intersetoriais na busca pela autonomia desses sujeitos. É preciso que além do atendimento às dificuldades relativas ao corpo físico, implicando na exclusão em nível psicológico, com base no acolhimento e na construção de projetos de vida que dêem a essas pessoas a esperança de permanecerem confiantes e em luta por seus direitos. Juntamente a isso, são essenciais, as “ações intersetoriais, considerando-se as especificidades que a vivência da deficiência impõe, as necessidades gerais de qualquer cidadão em seu contexto sociocultural, bem como o sentido de cada uma das proposições dentro da história de vida de cada sujeito” (Olhero & Ayres, 2012, p. 230).

A partir do Modelo Social a compreensão sobre a deficiência se desloca do (pré)conceito da deficiência, diante do social e não visualizado em suas potencialidades. Assim, a deficiência é transferida do modelo individual e passa a ser visualizada coletivamente, destacando-se as barreiras arquitetônicas, atitudinais e sociais que legitimam a participação e a igualdade social (Diniz, 2007). Diante das barreiras sociais que retirariam de cena a participação na sociedade, torna-se central o direito de vir e ser na sua integridade.

A deficiência em si já apresenta um *rótulo* incapacitante àqueles que são considerados como tal. Quando à deficiência se soma o gênero, particularmente à questão de ser mulher, outros aspectos precisam ser considerados. A interpretação do ser mulher em sociedade ainda está muito atrelada ao patriarcado, intensificando a fragilidade da mulher face à constatação da deficiência. Cabe então o “empoderamento e conhecimento da autoadvocacia para o reconhecimento da identidade de gênero e dos direitos sexuais (o ser mulher com deficiência) como possibilidade de abrir caminhos para o protagonismo na educação, no trabalho, na vida familiar, afetiva e sexual” (Dantas, Silva & Carvalho, 2014, p. 566). Ainda segundo esses

pesquisadores, o empoderamento da mulher com deficiência ocorre a partir de quatro dimensões consideradas fundamentais para que sua identidade se reafirme no contexto sociocultural: i) sua família; ii) a busca pela educação; iii) o direito ao trabalho; e iv) a vida social.

Esse empoderamento é entendido na presente dissertação a partir de Paulo Freire (1992). Isto é, como, um processo e resultado que emerge de ações sociais, nas quais as pessoas adquirem autonomia sobre suas próprias vidas. Desta maneira, o reconhecimento das potencialidades dos indivíduos, envolve a tomada de consciência da relação que se estabelece de forma dialética com a sociedade e se materializa na emancipação como um ato social.

Nesse sentido, é necessário considerar a forma como os diferentes espaços sociais podem se tornar ambientes inclusivos às pessoas com deficiência. Na educação, por exemplo, a adoção de algumas estratégias para a inclusão na rotina de professores têm representado um impacto positivo nas trajetórias dos alunos com deficiência, algumas delas são: i) construção de relações afetivas entre professor e alunos; ii) consideração da inclusão como processo norteador das estratégias didáticas; iii) foco nos processos de ensino e aprendizagem estabelecidos; e iv) busca pelo interesse do aluno, medido pelos resultados das abordagens pedagógicas utilizadas. Tem sido destacada a importância da relação entre o ambiente escolar e o familiar desde a inserção da criança no processo educativo até o Ensino Superior (Vale & Carvalho-Freitas, 2022).

Compartilhamos desse entendimento, uma vez que Vale & Carvalho-Freitas (2022) consideraram que as pessoas constroem suas identidades a partir de uma teia de relações que repercute no contato entre os indivíduos, nos lugares, espaços sociais, culturais e na inserção ou exclusão social como um todo. Por isso, as trajetórias marcadas pela invisibilidade e exclusão são devastadoras na construção identitária das pessoas com deficiência, tendo em vista que os vieses classificatórios e de segregação são construídos no confronto entre a ideia social de normalidade *versus* anormalidade. Sobre a superação dessa invisibilidade, consideramos a importância da união e da luta das pessoas com deficiência para o reconhecimento de suas identidades e potencialidades. A luta pela construção de uma sociedade inclusiva deve ser coletiva e pautada no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência (Crespo, 2009).

Também no trabalho, as organizações podem se tornar mais inclusivas, tendo em vista a redução do capacitismo² nas relações laborais. Assim, é preciso que a sociedade tenha maior

² O capacitismo, é entendido na presente dissertação, como um preconceito em relação à deficiência (Carvalho-Freitas & Santos, 2023).

entendimento sobre a forma a partir da qual os corpos podem ser interpretados, para que possamos fugir de padrões rígidos acerca de como eles devem funcionar, diminuindo os preconceitos criados. Busca-se a promoção da inclusão, pela construção de modelos de representação organizacionais que trabalhem em coletividade, a partir de relações simétricas. Em geral, os autores que abordam a condição laboral das pessoas com deficiência, têm indicado a necessidade e a possibilidade de ruptura com os paradigmas da exclusão, baseados em modelos inclusivos sobre a deficiência (Carvalho-Freitas & Santos, 2023). É nesse cenário que nossa investigação se insere.

Considerando o cenário apresentado, limitamos nossa investigação às pessoas que têm a deficiência como ‘congenita’ e adquirida na primeira infância. Interessamo-nos pela compreensão das trajetórias de vida de pessoas que já passaram seus primeiros anos de vida, à despeito daquelas que a adquiriram em outro determinado momento da vida. A deficiência é ainda alvo de preconceitos em nossa sociedade, perpassando por diversos discursos que a legitimam e afastam os indivíduos, em face do não (re)conhecimento das diferenças, sendo, muitas vezes, equiparadas à meras limitações ou à falta de alguma capacidade presente na maioria. Acerca disso, em geral, medidas que visam inserir grupos historicamente estigmatizados na sociedade, como um todo, têm sido emanadas (Crespo, 2009; Vale & Carvalho-Freitas, 2022).

Nesse sentido é importante discorrer sobre as trajetórias de vida das pessoas com deficiência física, atribuindo reflexões para a compreensão da complexidade e a individualidade deste processo nas particularidades de si mesmo, entendendo as primeiras visões familiares, as construções sociais e ressaltando a relevância das experiências e trajetórias vivenciadas. Indicamos o estudo com as trajetórias porque entendemos que elas são capazes de nos apresentar elementos importantes na relação coletiva e na constituição de si mesmo, por meio das experiências que formam a história das pessoas e as constroem como seres no mundo. Todo sujeito tem uma história de vida e ela se faz e refaz de diversas formas: memórias, pensamentos, comportamentos e experiências vivenciadas (Borges et al., 2012).

Diante da situação-problema, indica-se a seguinte questão: quais os impactos dos aspectos contextuais e culturais nas trajetórias de vida e na subjetividade de mulheres com deficiência física congênita ou adquirida na primeira infância? Busca-se identificar as contradições, tensões e encaminhamentos que pessoas com deficiência física foram construindo para lidar com um contexto social que não foi pensado para elas. Essas pessoas ocupam posições instáveis dentro da estrutura social, pois seu acesso e inclusão são sempre condicionados às contingências onde elas se encontram. Nesta acepção, nosso objetivo geral

busca compreender os impactos dos aspectos contextuais e culturais nas trajetórias de vida e na subjetividade de mulheres com deficiência física congênita ou adquirida na primeira infância

Para nos ajudar a cumprir nossa proposta de pesquisa, indicamos os seguintes objetivos específicos: i) conhecer as trajetórias de vida de mulheres com deficiência física, explicitando como elas se interpretam, face à própria deficiência; ii) identificar as possíveis relações entre as trajetórias de vidas e os contextos escolar e de trabalho em que viveram, tendo em vista a percepção das participantes acerca do próprio processo de inclusão; e iii) analisar os impactos das barreiras de acessibilidade do ambiente a essas pessoas, diante da deficiência. Acreditamos que o enfoque nas mulheres com deficiência física no mercado de trabalho e escolar favorece as lutas pela inclusão democrática, fundamental para o avanço social.

Nosso trabalho encontra-se organizado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, estabelecemos algumas considerações sobre a deficiência, a inclusão e a acessibilidade no mercado de trabalho. Enfocamos algumas pesquisas e dados quantitativos que mostram o panorama da deficiência neste âmbito, direcionando os destinos desse grupo social. O segundo capítulo apresenta nosso percurso de pesquisa, enfocando a metodologia utilizada, as participantes, a importância das Histórias de Vida e da Análise de Conteúdo nas pesquisas qualitativas.

Nosso terceiro capítulo aborda os resultados da pesquisa realizada. A produção das entrevistas semiestruturadas com duas mulheres com deficiência favoreceu a construção de quatro categorias analíticas, potencializadas pela Análise de Conteúdo de Bardin (2016): (1) Preconceito e interseccionalidade: narrativas da inclusão e exclusão de mulheres com deficiência; (2) Gênero e deficiência: interseções e perspectivas; (3) Acessibilidade no trabalho: (re)significações entre inserção, inclusão na busca do reconhecimento profissional; e (4) Acessibilidade escolar: construções e percalços nas vivências da deficiência. O capítulo final enfoca as considerações sobre a pesquisa realizada e indicações para investigações futuras.

1 VEREDAS DA INCLUSÃO: DEFICIÊNCIA, ACESSIBILIDADE E O MERCADO DE TRABALHO

A evolução histórica de inclusão de pessoas com deficiência vem sendo debatida ao longo dos anos. Em meados do século XX, novas reflexões e avanços surgiram, em relação aos direitos, à inclusão e à acessibilidade da sociedade. O modelo social emerge em 1960, trazendo diversas repercussões sobre o contexto social. Na perspectiva individual - médica - a deficiência é proveniente de uma condição biológica, de dificuldade pessoal, com a necessidade de adaptação à sociedade e não ao contrário. Sobre a visão do modelo social (*disability studies*), para além de fatores biológicos que visualizavam a deficiência, a experiência de exclusão, é considerada a partir de barreiras impostas pela sociedade, limitando os recursos de vivências sociais como: acessibilidade, educação, trabalho e autonomia, passando a configurar a deficiência como uma questão social (Oliver, 1990).

Essa mudança histórica se reflete, inclusive, nas nomeações atribuídas às pessoas com deficiência ao longo dos anos. A Tabela 1 mostra uma adaptação ao disposto por Sasaki (2002), quanto às terminologias utilizadas no último século.

Tabela 1

Terminologias utilizadas sobre a deficiência ao longo do último século

Período	Denominação
1934	Invalído, aleijado, incapacitado, defeituoso, ou desvalido
1937	Os termos utilizados anteriormente são trocados por excepcional
1978	Aqui, é nomeado deficiente
1988-1993	Portador de deficiência
1994	Pessoas com necessidades especiais
2009	Pessoa com deficiência

A deficiência passa a ser problematizada no século XX, bem como as nomeações para as pessoas que apresentam alguma deficiência, para inserir essas pessoas na esfera social, buscando sua visibilidade e luta pelos direitos e deveres sociais (Silvers, 1998).

Em nosso país, há duas legislações que regulam a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, dentre outros assuntos, no setor público (Lei nº 8.112/1990) e no setor privado (Lei nº 8.213/1991). No setor público, há uma destinação de 20% das vagas, em cada concurso público para pessoas que comprovarem deficiências compatíveis com as vagas

pleiteadas, conforme exposto a seguir: “Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso” (Brasil, 1990, Art. 5º, § 2º).

No setor privado, a destinação é realizada, conforme a capacidade de contratação de cada empresa, estabelecendo-se um percentual de inclusão para quatro diferentes faixas de quantitativo de funcionários, conforme demonstramos na Tabela 2, reproduzida de Brasil (1991).

Tabela 2

Inclusão de pessoas com deficiência - Empresas Privadas

Capacidade da empresa	Percentual de inclusão
300 funcionários	2%
201 a 500 funcionários	3%
501 a 1.000 funcionários	4%
A partir 1.001 em diante	5%

Sobre a forma como as empresas lidam com essa regulamentação, o trabalho de Nascimento, Damasceno e Assis (2011) aponta que, apesar da inclusão de pessoas com deficiência nas empresas brasileiras ser ainda um fato recente, dois fatores foram preponderantes para que essa inclusão seja possível: a definição de penalidades às empresas que não cumprirem com a Lei de Cotas e o apelo dos próprios consumidores ao pressionarem as empresas em direção à inclusão e também adoção de demais práticas gerenciais responsáveis. Ainda de acordo com esses autores, tais práticas estariam relacionadas a: i) criação de oportunidades igualitárias, que integrem grupos minoritários em nossa sociedade; ii) aplicação de práticas mais justas, com um líder que seja capaz de definir e gerenciar satisfatoriamente políticas transparentes; iii) adoção de práticas responsáveis com os consumidores das empresas; e, iv) adoção de uma postura mais voltada à sustentabilidade (Nascimento; Damasceno; Assis, 2011).

Conforme censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há cerca de 45,6 milhões de pessoas em nosso país com algum tipo de deficiência e, destes, cerca de 13 milhões possuem deficiência física (Brasil, 2018). Conforme a Relação Anual de

Informações Sociais (RAIS)³, divulgada pelo Ministério da Economia em 2019, o mercado de trabalho ainda é resistente à contratação de pessoas com deficiência, principalmente no que diz respeito aos cargos com maiores garantias de trabalho e previdência, uma vez que, dentre os 47 milhões de empregos formais relatados pelo documento, apenas 523.431 se destinavam às pessoas com alguma deficiência. Além disso, o documento demonstra que o tipo de deficiência, também é algo definidor para a contratação, uma vez que, cerca de 45% dos contratados possuíam deficiência física.

Apesar da regulamentação, autores como Ávila-Vitor e Carvalho-Freitas (2012) indicam que o número de vagas destinadas a pessoas com deficiência, bem como as condições de adequação necessárias para que a inclusão ocorra, ainda estão aquém de garantir os direitos legais vigentes, ressaltando, é claro, que as pessoas com deficiência fazem parte de uma minoria social historicamente excluída. Este fato leva à consideração de três tipos de empresas: as que não buscam a inclusão, de forma alguma e se limitam ao pagamento das multas destinadas aos que não cumprem as cotas; as que se esforçam para serem totalmente inclusivas; e, as que ainda estão se abrindo para a inclusão, seja porque reconhecem o potencial das pessoas com deficiência, seja porque se sentem pressionadas pela legislação.

De acordo com Amaral (1996), o processo de inclusão envolve três diferentes aspectos: questões de singularidade e pertencimento; as fronteiras e normas estabelecidas pelo ambiente empresarial; e sensações que gerem conforto ou desconforto nas relações estabelecidas com o cotidiano do trabalho e demais trabalhadores. Estes aspectos promovem tensões nos ambientes que visam promover um ambiente inclusivo para pessoas com deficiência. O estudo constatou que, no ambiente de trabalho, a inclusão é percebida pelas pessoas com deficiência como um fenômeno complexo e multifacetado, em meio a situações nas quais os participantes sentem-se mais valorizados quando se colocam como iguais aos seus colegas, ao contrário do exacerbamento da diferença que lhes marca. As barreiras arquitetônicas presentes no ambiente empresarial foram elencadas como os maiores limitantes, estabelecidas como a mesma queixa nos relatos de pessoas com deficiência visual, física e auditiva.

Os pesquisadores que têm como temática principal a inclusão no mercado de trabalho, em geral, não criticam ou questionam a existência das cotas em ambos os setores (público e privado), uma vez que há um consenso de que, na inexistência de tais dispositivos, essa inclusão não seria possível. Contudo, as pesquisas têm demonstrado que, apesar de resultarem

³ Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-consulta-as-estatisticas-da-rais-e-do-caged>. Acesso em: 12 jun. 2024.

na inserção de pessoas com deficiência, a inclusão, de fato, é um fenômeno mais complexo e que deve ser analisado com atenção em suas especificidades. Entendemos que parece haver uma oscilação entre as noções de inclusão e inserção⁴, o que poderia, em tese, prejudicar o desempenho dos trabalhadores e sua concepção acerca da própria deficiência.

A primeira geração de autores do modelo social compreende a deficiência como um processo de opressão e exclusão social. A partir desse modelo, os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência resultam da opressão social, e não da demonstração de déficits individuais. A deficiência é retirada do âmbito individual, passando a enfatizar as barreiras arquitetônicas e atitudinais que limitam a participação das pessoas com deficiência na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (Diniz, 2007). No processo de inserção das pessoas com deficiência no ambiente escolar e no trabalho, pode-se observar diferentes vieses sociais que vão desde a exclusão, segregação, integração e a inclusão de fato.

Na fase da exclusão, geralmente demarcada entre 3.500 a.C. à 476 a.C., as crianças não tinham acesso à escola e homens e mulheres não tinham acesso ao trabalho. Essas pessoas eram vistas como incapazes e inválidas. Na fase da segregação, compreendida entre 476 a.C. à 1492, acreditava-se que essas pessoas deveriam ser integradas por escolas filantrópicas específicas, para o apoio dessas crianças. Em relação às oportunidades de trabalho, as pessoas com deficiência ocupavam apenas subempregos, em setores específicos (Mantoan, 2003).

A fase da integração, entre 1492 e meados de 2000, é marcada pela inserção das pessoas com deficiência, de acordo com sua reabilitação e sua condição física, educacional e profissional. Essa fase é caracterizada pela luta por direitos dessas pessoas, inclusive com a busca pela adequação das escolas e empresas, visando o reconhecimento da importância da acessibilidade. Conforme Sasaki (2006, p. 33), a responsabilidade pela superação das barreiras impostas pela sociedade, na integração, é toda do indivíduo:

A integração tinha e tem o mérito de inserir a pessoa com deficiência na sociedade, sim, mas desde que ela esteja de alguma forma capacitada a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existentes. Sob a ótica dos dias de hoje, a integração consistiu em um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados (a família, a instituição especializada e algumas pessoas da comunidade

⁴ De acordo com Ávila-Vitor e Carvalho-Freitas (2012, 793), a *inclusão* envolve o sentimento de pertencimento no ambiente de trabalho, proporcionado pela “construção de políticas e de práticas de gestão que favoreçam a participação ativa dessas pessoas nos processos organizacionais”. Por sua vez, a *inserção* se refere à introdução das pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, com o objetivo de levá-las a desenvolverem atividades produtivas. Ou seja, há um gargalo entre ambas as noções. Podemos afirmar que as leis promovem a inserção, mas que apenas um ambiente de trabalho, com gestão eficiente, é capaz de gerar a inclusão.

que abracem a causa da inserção social), sendo que estes tentam torná-la mais aceitável no seio da sociedade. Isto reflete o ainda vigente modelo médico da deficiência.

Nesta perspectiva, a visão assistencialista penetra na sociedade, associando a deficiência às debilidades apresentadas no corpo. Essa perspectiva se contrapõe às discussões sobre a diversidade e o gênero feminino na ressignificação e na garantia de direitos, na liberdade de expressão subjetiva e social:

Temos o fenômeno da deficiência como um processo que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como incompletas, inferiores, ou possíveis de reparação\ reabilitação quando situadas em relação à corponormatividade. Isto é, aos padrões hegemônicos funcionais [...] (Mello & Nuernberg, 2012, p. 2).

Indica-se como uma quarta fase, uma meta a ser alcançada, a inclusão, com o enfoque nos sujeitos e a adequação da sociedade às necessidades das pessoas com deficiência, visando sua inclusão, como um direito coletivo (Sassaki, 2006). A fluidez e as mudanças constantes, são características marcantes de nosso tempo. Nas condições de acessibilidade, acentua-se o mal-estar nas pessoas com deficiência, pois nem sempre os lugares são acessíveis (Bauman, 1998).

Por sua vez, Freud (1996), aproxima dois pontos: a cultura é um projeto inacabado, uma vez que estamos sempre mudando e somos incompletos, dialogando com um desamparo cultural. Esse desamparo pode estar associado à acessibilidade. Assim, há uma aproximação entre algo que é da ordem de uma estrutura, linearidade à ordem da diversidade. Cabe ressaltar que, na realidade, poucas pessoas se sentem realmente incluídas e com a acessibilidade garantida. Essas pessoas são marcadas pelas sedimentações de estigmas, atitudes e comportamentos sociais, associados pela discriminação, ou por ‘falsa’ inclusão que configura uma precariedade da população de fato incluída. Além disso, barreiras de acessibilidade dificultam o acesso e o pertencimento social. (Mazzotta & Antino, 2011).

Tais discussões se materializam em comportamentos sociais que variam desde a segregação e falta de reconhecimento da acessibilidade, até a equidade de acesso para todos:

[...] formas distintas de ver a deficiência, não mutuamente exclusivas, construídas historicamente, que implicam consequências para a inserção das pessoas com deficiência na sociedade e no trabalho e que se originam da necessidade do homem em explicar a realidade em que vive e atribuir sentido ao que é considerado diferente (Carvalho-Freitas & Marques, 2010, p. 109).

Falar sobre a acessibilidade é também dialogar sobre acesso e inclusão. Contudo, para que aconteça de fato, é necessário ultrapassar barreiras, tendo em vista modificar, orientar, organizar e modificar barreiras ao acesso cultural, social, educacional e arquitetônico, para que as trajetórias sejam cada vez mais inclusivas. A inclusão social é um processo de transforma(ção) social. Para que ações sejam efetivas, são necessárias transformações nos ambientes físicos (interno e externo), tais como: adaptações de equipamentos e acessibilidade (Sasaki, 2006). A acessibilidade é concretizada pelas adaptações físicas, ambientais e arquitetônicas, cabendo uma abrangência maior em sua nomeação para que haja um processo efetivo de inclusão.

Entendemos que a inclusão se estabelece a partir de parâmetros ambientais, organizacionais e psicossociais. Inicialmente, é preciso que as instituições, de um modo geral, incorporem a inclusão como um valor ético a ser alcançado por suas políticas, adentrando na cultura organizacional. Por sua vez, a partir do reconhecimento da inclusão, as condições de permanência de sujeitos com deficiência devem ser garantidas, como a consideração das barreiras à inclusão, pois é essencial que a pessoa se sinta incluída, de fato. Esse sentimento de inclusão é gerado pela percepção de possibilidades de pertença, singularidade e autonomia (Silva & Carvalho-Freitas, 2021).

Em geral, fala-se muito sobre as barreiras à acessibilidade, que se transformam em verdadeiros impasses para que os indivíduos possam se sentir realmente incluídos em determinado espaço. Em vista das condições básicas para que um indivíduo possa permanecer em um dado ambiente, como por exemplo o deslocamento independente, as variações linguísticas, no caso de pessoas surdas que se comunicam pela Língua Brasileira de Sinais (Libras), ou cegas que utilizam o sistema BRAILE, por exemplo (Silva & Carvalho-Freitas, 2021).

Lembramos da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) que torna clara a obrigatoriedade da manutenção das condições de acessibilidade, ao que diz respeito à superação das barreiras, parâmetros ambientais e organizacionais como o conjunto de condições, instrumentos, métodos e políticas. Além disso, a legislação considera a importância da capacitação de

peças com deficiência no mercado de trabalho para exercerem de forma esperada a sua função (Brasil, 2015). Outra medida para a promoção da acessibilidade é a própria conscientização dos colegas, quanto às especificidades dos sujeitos com alguma deficiência, tendo em vista a superação de preconceitos, estigmas e barreiras ao longo das relações de trabalho ou estudo (Silva & Carvalho-Freitas, 2021). O Decreto nº 5.296, de dezembro de 2004, em seu artigo 8º, redefiniu o significado de acessibilidade:

I - Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora (*sic*) de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação (Brasil, 2004).

Essa normativa enfatiza o entendimento da acessibilidade e das barreiras. É importante salientar que acesso e acessibilidade correspondem a noções diferentes, uma vez que nem sempre a disponibilidade de acesso significa a presença da acessibilidade. Acessibilidade compreende possibilitar o pertencimento social para todos, adequação geográfica e ambiental, como os lugares se organizam para receber as pessoas possibilitando segurança e autonomia. Por sua vez, o acesso diz respeito à forma como as pessoas visualizam a acessibilidade, capacitando o indivíduo e ampliando o espaço (Manzini, 2008).

A sociedade carece de novas visões referentes às pessoas com deficiência para que haja de fato a acessibilidade e a inclusão:

Cabe, portanto, à sociedade eliminar todas as barreiras arquitetônicas, programáticas, metodológicas, instrumentais, comunicacionais e atitudinais para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional (Sasaki, 2006, p. 45).

Sasaki (2006) indica as seguintes barreiras excludentes:

- a) *Barreiras arquitetônicas e urbanísticas*: pautadas por ambientes sem acessibilidade e que impedem a locomoção em ambientes internos ou externos como: degraus, buracos, banheiros sem acesso, pisos escorregadios, calçadas sem espaço, dentre outros;

- b) *Barreiras comunicacionais*: ocorre quando há ‘erros’ na comunicação escrita, verbal, corporal e visual, dificultando o entendimento entre as pessoas com e sem deficiência. Um exemplo é a impossibilidade de realizar leituras em Braille, ou por meio de *software* de voz (pessoas cegas), ou não ser possível a comunicação em Libras (pessoas surdas);
- c) *Barreiras metodológicas*: enfocam a padronização das atividades exercidas, sem considerar a diversidade das pessoas. O foco é na pessoa considerada típica. Qualquer pessoa que necessitar de alguma variação nos métodos e técnicas, permanece em desvantagem para aprender, aplicar e dialogar, por exemplo;
- d) *Barreiras instrumentais*: referem-se a qualquer impedimento de acessibilidade, devido à inadequação de instrumentos: tecnológicos, analógicos ou digitais: computador, mesa, cadeira, caneta, lápis etc. Esses instrumentos devem ser adaptados à necessidade do usuário. Caso contrário, seu desempenho será dificultado;
- e) *Barreiras programáticas*: inserem-se nas dificuldades ‘ocultas’, presentes em políticas e manuais internos que não contribuem com a inclusão e a diversidade: programas, regimentos pedagógicos que impossibilitam o acesso na participação escolar do aluno, uma vez que cada aluno apresenta formas diversificadas de aprendizagem;
- f) *Barreiras atitudinais*: ressalta a impossibilidade de acesso à convivência social, direcionando-se ao capacitismo, aos estereótipos e a discriminação. É a barreira que insere a segregação, constituindo uma das barreiras mais importantes, uma vez que ela se encontra na base dos outros impasses às pessoas com deficiência.

A acessibilidade não se restringe ao espaço físico, reduzindo-se à dimensão arquitetônica. Ela interfere em seis dimensões que equiparam o indivíduo em sua integridade, buscando se adaptar ao ambiente no espaço social. Portanto, a igualdade deve pautar a inclusão, na construção da multiplicidade de (con)vivência uns com os outros, na intersubjetividade, cultura e inter-relação social. De acordo com Crenshaw (2002, p. 172), as diferenças são atravessadas pelo estigma a diferentes aspectos como a raça, a classe, o gênero, dentre outros:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a

interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Na esteira do *desempoderamento* de determinados grupos sociais como as pessoas com deficiência, a sociedade impõe valores culturais sobre como devemos agir, vestir e agrupar, por exemplo. Dizer sobre a deficiência é ressaltar as marcas simbólicas, não pela deficiência em si, mas sobre como ela é visualizada pelo outro, marcando representações da realidade, produzidas a partir dos significados sociais compartilhados (Berger & Luckman, 2004). Assim, conforme esses autores, a análise da realidade social nos auxilia na compreensão sobre os domínios que permeiam a vida cotidiana, influenciando na construção da personalidade individual, bem como as categorias por nós mobilizadas de acessibilidade e inclusão.

O cuidado com as pessoas com deficiência, sinaliza os prejuízos causados pela dependência ou a vulnerabilidade. É preciso proporcionar autonomia e não a dominação das pessoas com deficiência, caso contrário, entra-se no assistencialismo. Como uma forma de negação ao assistencialismo, tem-se a igualdade, que proporciona a inclusão de grupos sociais marginalizados. Desloca-se a igualdade em favor do cuidado, insere o preconceito, dando ênfase à repressão, criando estereótipos por meio de nomeações que atribuem precariedade, em contraposição aos dizeres positivos (Silvers, 1995).

Os espaços sociais devem ser preparados para a superação do viés da opressão social que se assenta sobre a dicotomia da visibilidade *versus* invisibilidade. Emancipar o sujeito é levá-lo à liberdade de ser o que quiser, sem (pré)conceito seja por raça, cor, idade ou gênero. (Gesser, Block & Mello, 2020). A inclusão implica na participação ativa do sujeito, pautada na diversidade individual e pluralidade cultural e social.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo de nosso trabalho, apresentamos inicialmente um delineamento metodológico, indicando o tipo de pesquisa realizada. Em seguida, debatemos a forma como as histórias de vida podem contribuir com as pesquisas que buscam compreender melhor a construção identitária dos sujeitos. Em um terceiro momento, apresentamos as participantes, duas mulheres, provenientes de uma cidade do interior de Minas Gerais, uma delas com deficiência física congênita e a outra com deficiência física adquirida ainda na infância. Como uma forma de expor a forma como a análise se estendeu, debatemos a Análise de Conteúdo, como um constructo teórico-metodológico que nos auxilia a compreender melhor o fenômeno investigado. Por fim, indicamos algumas considerações éticas e cuidados tomados ao longo da investigação.

2.1 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Indicamos a construção de uma pesquisa de natureza qualitativa, de tipo exploratório, que tem como principal instrumento a realização de entrevistas semiestruturadas com duas mulheres com deficiência. As pesquisas qualitativas se destacam no campo da Psicologia, favorecendo os delineamentos voltados à compreensão dos fenômenos sociais, como a dualidade: inclusão e exclusão. Ela se destaca pela descrição e interpretação do contexto natural dos sujeitos e do modo como eles constroem sentidos em suas vidas (Gil, 2010).

Salientamos a pesquisa exploratória para: “[...] identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (Gil, 2010, p. 42). O fenômeno investigado leva em consideração a subjetividade das participantes, considerando suas trajetórias e enfocando, sobretudo, seu percurso profissional e educacional. Assim, esse tipo de pesquisa indica os recursos e as estratégias utilizadas pelos sujeitos em uma dada situação social. A partir desses dados, podemos levantar hipóteses sobre os significados atribuídos a diferentes contextos. Desta maneira, no caso da inclusão, pode-se buscar subsídios para apoiar as políticas voltadas à inclusão e indicar caminhos para o apoio, sobretudo, às mulheres com deficiência (Gil, 2010, p. 42).

A pesquisa leva em consideração, ainda, as bibliografias apresentadas, principalmente, em nosso delineamento teórico, por meio da percepção dos aspectos comuns e também aqueles que se diferem, nas vivências das participantes e nas pesquisas examinadas, além da realização de duas entrevistas com as participantes (item 2.3).

2.2 HISTÓRIAS DE VIDA COMO RECURSOS METODOLÓGICOS

Interessamo-nos por um trabalho pautado nas trajetórias de vida de mulheres com deficiência física, considerando as trajetórias familiares, profissionais e processos sociais, por meio das *histórias de vida*, circunscritas à deficiência. Enfocamos a realidade de cada sujeito, a fim de ouvir, compreender e acolher as experiências narradas, nas quais eles experimentaram, tendo em vista a forma como constroem seus discursos. Esse tipo de pesquisa aproxima o narrador e o pesquisador, nas apreciações e interpretações discursivas dos participantes (Glat et al., 2004).

O lugar que o sujeito se coloca diante da deficiência materializa suas construções enquanto sujeito social. Falar sobre as histórias de vida é indagar-se na investigação das narrativas, para a (re)composição da experiência, dialogando com as diferenças e construindo uma nova investigação narrativa no desenvolvimento da vida, subjetiva, social, cultural, social, familiar e escolar. É na construção e na colaboração entre pesquisador e participante, por um determinado tempo e espaço, a partir da interação social, do viver, de contar e vivenciar a composição de cada vida, que se (en)cena, diante do discurso (Mello, Murphy & Clandinin, 2016).

A história de vida passa pelo conhecimento, experiência, narrativa, comunidade e transformação social, reforçando-se no encontro, nos envoltos ao que se sabe, o que se faz, na construção de aproximações do campo narrativo. As experiências dos sujeitos estão presentes na composição de estudos, propostas e críticas, no cenário heterogêneo e na reversibilidade de se compreender a experiência como um conjunto de histórias narradas e vividas (Glat et al., 2004). Todo sujeito tem sua história marcada por singularidades, pautada pelas construções de suas memórias, pensamentos, emoções, experiências e narrativas. Nenhum sujeito é isolado. Ao contrário disso, os indivíduos são atravessados pelos discursos de *outrem*, que cuida, acalenta e acolhe de formas variadas em suas características e vivências.

Assim, levantar as histórias de vida requer:

Revisitar sua história, juntamente com o que guia, no momento presente, esta retrospectiva, para extrair dela o que pensamos ter contribuído para nos tornarmos o que somos, o que sabemos sobre nós mesmos e nosso ambiente humano e natural e tentar compreender melhor, é o primeiro desafio da pesquisa dos elos que nos deram forma (Josso, 2006, p. 376).

Essa técnica se insere como uma narrativa sobre a existência, nos discursos manifestados ou latentes, a partir do tempo e do espaço, na exposição dos dizeres, visando a transformação. Pede-se ao sujeito que conte sua história da forma como achar melhor – nos moldes de entrevista semiestruturada, cuja programação de questões é definida à *priori* (Apêndice A), podendo, inclusive, acarretar novos desdobramentos. O sujeito é escolhido a partir das relações (re)vivenciadas no contexto, de acordo com seu desejo de participar. A partir das relações sociais, é possível estabelecer – o vínculo, a confiança e a construção de sentidos.

Esse processo é subjetivo, pois ocorrem alterações na imagem de si mesmo e com o mundo, no reconhecimento da condição física, afetando sua relação com o outro e consigo. As mudanças advindas dessa condição são expressas nas mais diversas reações, desde as mais exacerbadas, até aquelas inexpressivas, que estão articuladas às condições psicológicas, sociais e econômicas, além de outras, intrínsecas à própria pessoa (Borges et al., 2012). As histórias de vida, se entrelaçam no relato de um narrador sobre suas narrativas experimentadas, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e as experiências que adquiriu, ressaltando em seus discursos e relevância de se constituir, enquanto parte de determinado grupo, profissão e mesmo em sociedade (Queiroz, 1988).

Portanto, conhecer a trajetória das pessoas com deficiência física, congênita ou adquirida na infância, nos possibilita viver e reviver a essência singular. Somente quem vivenciou esse processo consegue refletir a fundo o impacto de uma construção social que indica ‘falta’ de algo em sua construção subjetiva. Por outro lado, é importante considerar que ao lado das narrativas mais subjetivas, fatores estruturais fundamentais estejam presentes, principalmente no caso de pessoas que não fazem parte do conjunto considerado típico da sociedade.

Conforme indica Bourdieu (1998, p. 236):

[...] através da narrativa das dificuldades mais ‘pessoais’, das tensões e contradições, na aparência, mais estritamente subjetivas, acabem se exprimindo, muitas vezes, as estruturas mais profundas do mundo social e suas contradições. Isso nunca é tão visível como no caso dos ocupantes de posições instáveis que são extraordinários ‘dispositivos analisadores práticos’: situados em pontos onde as estruturas sociais ‘estão em ação’ e, por esse fato, movidos pelas contradições dessas estruturas, eles são obrigados, para viver ou sobreviver, a praticar uma forma de autoanálise que, muitas

vezes, dá acesso às contradições objetivas de que são vítimas e às estruturas objetivas que se exprimem através delas.

Escolhemos essa perspectiva, entendendo-a como método, a fim de respaldar as abordagens biográficas, caracterizando-se por um compromisso com a história no processo de rememorar como a vida é revisitada pelo sujeito. A memória atua como algo presente na existência, implicando em um valioso resgate cuidadoso e ético, contada pelo próprio sujeito. A história de vida tem como principal característica a preocupação com o vínculo entre pesquisador e pesquisado (Silva et al, 2007). O conhecimento de determinada ação da história de vida só vai, então, fazer sentido se entendido dentro de seu contexto, na realidade em que é experimentada. Assim, sua ressignificação e condição do discurso torna-se uma ponte entre o individual e o social.

Como aponta Drago (2013), essa metodologia nos permite conhecer a forma como os sujeitos se constituem, enquanto indivíduos sociais e dotados de historicidade, marcados pelas vivências, na dimensão do contar e da narrativa, observação de si mesma com o outro, como explicita Drago (2013, p. 89):

O olhar das histórias de vida de adultos com deficiência, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, pode ser capaz de trazer à tona sentimentos, significações, construções e desconstruções desses sujeitos, que, uma vez internalizados, podem contribuir para o processo de aprendizagem e desenvolvimento humano, como demonstraram estudos de Santos (2013) e Drago (2012). Ao narrar suas trajetórias de vida, esses sujeitos se percebem produtores históricos, culturais e sociais de suas ações? Concebem, de maneira consciente, sua deficiência restrita ao plano biológico e, portanto, não inibidora do desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores?

Ao propormos o (re)conhecimento das trajetórias dessas pessoas, inspiramo-nos nos estudos que se pautam na abordagem (auto)biográfica (Pineau, 2006; Delory-Momberg, 2012), uma vez que, “[...] hoje a vida e suas diferentes formas são cindidas pelo esfacelamento, quase generalizado, das fronteiras entre vida pessoal e vida profissional, vida privada e vida pública, vida social e vida familiar e mesmo vida e morte, vida passada e vida futura (Pineau, 2006, p. 42).

A narração das histórias de vida leva o sujeito ao (re)conhecimento de si mesmo, indagando sobre seu passado, presente e futuro, na partilha sobre a vida, na busca de

investigação da escuta nas suas mais variadas interlocuções de representações de si mesmo e com o outro.

2.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Como participantes da pesquisa, indicamos a participação de duas mulheres com deficiência física em idade produtiva. O critério de inclusão das participantes visou garantir a presença de pessoas que estejam dentro dos parâmetros sociais, considerando indivíduos em idade produtiva do sexo feminino. A escolha se deu por conveniência, isto é, considerando a facilidade de acesso a essas mulheres pela pesquisadora. A opção por duas pessoas nos possibilitou identificar as determinações sociais que ultrapassam a vivência subjetiva, permitindo identificar sofrimentos e conquistas idiossincráticas como atravessamentos sociais, com uma dada profundidade. Como uma forma de proteção da identidade de nossos participantes, adotamos os pseudônimos: Amélia e Ana.

As características das participantes encontram-se na Tabela 3.

Tabela 3

Características das participantes

Participante	Idade	Estado Civil	Tipo de Deficiência	Data Entrevista
Amélia	52	Solteira	Paralisia Infantil - adquirida	30/04/2023
Ana	32	Casada	Paralisia Cerebral - congênita	08/05/2023

Amélia tem 52 anos e adquiriu a paralisia infantil na primeira infância. Ela possui formação superior e atua no serviço público. A paralisia foi descoberta por sua mãe, quando Amélia ainda era um bebê, com apenas 6 meses. Ela utiliza botas ortopédicas e faz o uso de duas muletas para o auxílio de suas tarefas. O trecho narra a forma como sua mãe percebeu a paralisia, demarcando, principalmente, a ‘falta de força’ nos movimentos: “[...] quando ainda estava bem pequenininha, eu não tinha forças, como já te disse: Minha mãe, quando ia me dar banho minha perna boiava. Então perceberam que algo de errado estava acontecendo” (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

Por sua vez, Ana tem 32 anos, é casada e apresenta paralisia cerebral congênita, ou seja, na ocasião de seu nascimento. Ela também cursou o Ensino Superior e trabalha em uma empresa privada. Sua deficiência foi descoberta quando completou 1 ano e 6 meses, devido ao atraso motor e da fala, ocasionado pelo atraso do parto e posteriormente o falecimento da

mãe. O seguinte trecho também narra esse momento da ‘descoberta’: “[...] então, foi assim... estava com 1 ano e 6 meses e nada de andar e falar, então, então minha mãe (adotiva) percebeu que algo não estava bem... comecei o tratamento na cidade vizinha e só com 4 anos comecei a falar e depois andar” (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Realizamos entrevistas semiestruturadas com essas participantes (Apêndice A), norteados pela seguinte questão: quais os impactos dos aspectos contextuais e culturais nas trajetórias de vida e na subjetividade de mulheres com deficiência física congênita ou adquirida na primeira infância? As entrevistas foram gravadas e transcritas para formar o *corpus* analisado. Voltamo-nos aos desafios colocados pela deficiência nos diversos espaços sociais, vivenciados por Ana e Amélia.

2.4 A ANÁLISE DE CONTEÚDO NA COMPREENSÃO SUBJETIVA

Para compreender os discursos das participantes, optamos pela Análise de Conteúdo como decodificação e interpretação, baseada na sistematização das informações fornecidas, visando identificar os temas mais recorrentes e suas relações com o contexto em que as participantes estão inseridas (Bardin, 2016). Foram investigadas as principais contradições presentes no discurso, a partir das estruturas adversativas no texto (mas, porém, contudo, todavia, entretanto). A análise das contradições visa identificar os pontos de tensão vividos, como questões subjetivas ou relacionadas às relações com o contexto social do qual elas fazem parte

A análise foi realizada em três diferentes fases: a fase da pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, com a interpretação (Bardin, 2016). Na fase da pré-análise, foi feita a leitura flutuante dos relatos das entrevistadas, com o objetivo de obter uma visão geral do material e identificar informações relevantes para a pesquisa. Por sua vez, na exploração do material, foram selecionadas as unidades de registro, entendidos como trechos significativos do relato das entrevistadas, relacionados às temáticas em estudo.

A partir dessas unidades de registro, foi realizada a categorização temática, que consiste em agrupar as informações em categorias, de acordo com sua similaridade e relevância para a pesquisa. Nesse processo, as temáticas identificadas foram gênero e deficiência, preconceito e interseccionalidade, acessibilidade no trabalho e acessibilidade na educação. Por fim, os dados passaram por um processo de tratamento, com a interpretação. Esse processo envolveu a análise das categorias identificadas, a definição de padrões e tendências e a elaboração de conclusões a partir dessas análises. Assim, foi possível obter

uma compreensão aprofundada das experiências das mulheres com deficiência e identificar os principais desafios enfrentados por elas em relação à acessibilidade e à inclusão social.

2.5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A pesquisa em tela faz parte de uma pesquisa guarda-chuva, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e conduzida na Universidade Federal de São João del-Rei, sob responsabilidade da Profa. Dra. Maria Nivalda de Carvalho-Freitas, em parceria com o Prof. Dr. Antônio Luiz Marques da Universidade de Barcelona. O programa de pesquisa foi submetido e aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de São João Del Rei (Plataforma Brasil CAAE 94280318.5.0000.5151) (Anexo I).

As participantes aceitaram participar da pesquisa, com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), em consonância com os princípios éticos em pesquisa envolvendo seres humanos nos termos da Resolução 466/12 e Norma operacional 001/2013 e/ou Norma 510/2016 no protocolo de pesquisa da CEPESJ. Elas foram devidamente informadas sobre a pesquisa em si, as condições de participação, a efetividade no uso dos dados coletados e, sobretudo, o sigilo de suas informações. A anuência para a gravação em áudio das entrevistas também foi concedida, instrumentalizando-nos nas análises.

3 ATRAVESSAMENTOS NAS TRAJETÓRIAS DE DUAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA

Neste capítulo apresentamos as categorias de análise identificadas. Os resultados são combinados à fundamentação teórica, dados empíricos advindos das entrevistas, e discussão desses resultados, considerando os conhecimentos já produzidos no campo de estudos sobre a deficiência. As categorias identificadas foram nomeadas como: (1) Preconceito e interseccionalidade: narrativas da inclusão e exclusão de mulheres com deficiência; (2) Gênero e deficiência: interseções e perspectivas; (3) Acessibilidade no trabalho: (re)significações entre inserção, inclusão na busca do reconhecimento profissional; e (4) Acessibilidade escolar: construções e percalços nas vivências da deficiência. Passamos a apresentar cada uma dessas categorias, iniciando com gênero e deficiência.

3.1 PRECONCEITO E INTERSECCIONALIDADE: NARRATIVAS DA INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA

Aqui, dialogamos sobre (pré)conceito, deficiência e mulheres como categorias de análise observadas em um conjunto de marcadores sociais da diferença para refletir como se relacionam, dialogam, incluem ou excluem as mulheres com deficiência. A finalidade de investigar e compreender a inclusão e a exclusão no campo da deficiência surge, contrapondo-se ao diálogo sobre a deficiência e os marcadores sociais ao acesso cultural e na (inter)dependência, diante das experiências vivenciadas, tendo em vista os discursos diante das (des)vantagens encontradas pelas mulheres com deficiência. Ilustramos com a seguinte fala:

Vivenciei e vivencio isso no trabalho, na rua, com os outros... e no trabalho é pior ainda...! Estamos ali para cumprir leis e não pela nossa competência! E.. e.. (pausa) se cometemos algum erro é por causa da deficiência (Ana, 32 anos, maio, 2023).

A narrativa de Ana se relaciona estreitamente com a desvalorização no ambiente de trabalho, que nega a possibilidade de exercer seu pertencimento no trabalho, entendendo a deficiência, sob o prisma da vulnerabilidade e incapacidade. Falar sobre deficiência nos leva a dialogar sobre interseccionalidade diante do feminino na proporção de reflexões sobre a dualidade das desigualdades de gênero, ressaltando a inclusão da mulher com deficiência em todos os espaços subjetivos, afetivos, culturais e sociais que fazemos parte. Nesse sentido, a interseccionalidade insere-se na criação de sua metodologia:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70).

O sentir-se sujeito depende do contexto social, das elaborações diante da deficiência, construídas pela historicidade, visibilidade ou invisibilidade, que marcam os sujeitos com adjetivos como: lenta, improdutiva e incapaz, dialogando com a exclusão. Ao contrário, a visibilidade dota-lhes de capacidades consideradas produtivas como: capaz, produtiva e de pertencimento com o mundo (Pereira, 2006).

Esses adjetivos, conforme aponta Pereira (2006), instauram o estigma ou visualizam as potencialidades. Apontamos a fala de Amélia, que dialoga sobre o pertencimento social:

[...] sempre tive que lutar muito... Eu nasci em uma família muito pobre! Nunca pensei em preconceito, mas sei que ele existe! Se alguém faz, faz de forma muito calada, nem percebo! Se não estou gostando, vou embora...! Trabalhar, lutar sempre fez parte do meu legado (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

Na experiência da Amélia, podemos contextualizar a visualização do pertencimento de si mesma e com o social na (re)construção com o mundo em suas manifestações. A participante manifesta desejos e lutas, na contribuição e na reprodução social, na constituição como indivíduo desejante, capaz de exercer sua autonomia no processo de reconhecimento e na promoção de pertencimento, respeito e igualdade social.

Sobre a abordagem dos diferentes, Velho (2003, p. 27) indica:

O ‘desviante’, dentro da minha perspectiva, é um indivíduo que não está fora de sua cultura, mas que faz uma ‘leitura’ divergente. Ele poderá estar sozinho (um desviante secreto?) ou fazer parte de uma minoria organizada. Ele não será sempre desviante. Existem áreas de comportamento em que agirá como qualquer cidadão ‘normal’.

A construção histórica e cultural, pauta-se pela normalidade ditada em vários contextos. Seja na cor, raça, gênero e deficiência, acentua-se, como algo fabricado na historicidade do tempo, nas desigualdades e no discurso que se (re)faz socialmente ao longo do tempo, provocando estranhezas diante da “anormalidade”. O ‘diferente’, “relaciona-se indubitavelmente com o que é assustador - com o que provoca medo e horror; certamente, também, a palavra nem sempre é usada num sentido claramente definível, de modo que tende a coincidir com aquilo que desperta o medo em geral” (Freud, 1996, p. 276).

Na deficiência pautamos pelas indiferenças. Elas nos colocam no sofrimento, angústia para realização de nossas conquistas e desejos que pulsa e repulsa no medo, na aflição e no preconceito existente que Freud (1980, p. 301), nos lembra que esse estranhamento “[...] não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar e há muito estabelecido na mente e que somente se alienou desta através do processo da repressão”.

Nesse caso, o que assusta tem relação com algo que esbarra nas vicissitudes da vida, permeadas pela alienação, medo e (pré)conceito, que se escancaram nas vivências narradas. Discorremos a seguir:

[...] De vez enquanto, eu xingo e xingo feio! (Risos) ...(pausa). As pessoas olham e olham muito...! Falam: coitadinha, tadinha e por aí vai...! [...] Na família já é algo natural, mas, mas...,nas outras pessoas, não...! (Longo silêncio) Aí, vai, vai ... Dependendo do meu humor(risos) (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Na fala de *Ana*, podemos salientar que as pessoas que não vivem com ela, inserem um comportamento aversivo e depreciativo, não conseguindo visualizar as potencialidades individuais, por *Ana* ser considerada destoante em relação aos padrões normativos impostos pela sociedade. O fato gera desconforto e raiva, ocasionados por uma opressão do outro, colocando a discriminação e o preconceito face a face.

O mal-estar da civilização: “evidentemente, a beleza, a limpeza e a ordem ocupam uma posição especial entre as exigências da civilização... a utilidade não explica completamente esses esforços; deve existir algo mais que se encontra em ação” (Freud, 1930, p. 114). Nesse sentido, tendemos a fugir do que é “estranho”, ou seja, aquilo que não é normal, elencando ao desprazer, a ruptura de uma ordem social, no “confronto de um ‘exterior’ estranho e ameaçador” (Freud, 1980, p. 85). Tais apontamentos consideram uma dualidade entre a segregação e a inclusão da mulher com deficiência, demonstrando um

comportamento relativo a não querer ‘saber’ e ou ‘não querer ver’ algo que, no plano inconsciente, remete à ameaça e ao horror.

Nos salta aos olhos os estigmas que Ana e Amélia enfrentam em seu cotidiano, inscritos nas diferenças corporais representadas pela deficiência, cujo olhar do outro é avassalador, fragmentando as relações e a possibilidade de pertencimento social. Nesse olhar, precisamos produzir novas formas de estar no mundo, cessando a reprodução de preconceitos existentes.

O indivíduo é pautado pelo convívio com outro e esse pode ser permeado de nomeações, diálogos positivos ou negativos, promovendo afeto ou desafeto, amor ou agressividade. Esses sentimentos são construídos pela humanidade, havendo civilização ou sofrimento, angústia ou acolhimento da humanidade neste processo, como “a prepotência da natureza, a fragilidade de nosso corpo e a insuficiência das normas que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade” (Freud, 1930, p. 43).

A história de vida narrada é atravessada por centenas de perguntas e respostas, construídas pela experiência, remetendo ao estranhamento (*unheimlichkeit*), pode remeter os sentimentos de medo, horror e aversão, considerada como ‘desfavorecida’:

[...] sujeito que se presta a ser – não visto – olhado não pode mais emprestar-se à palavra constituinte: pode, quando O muito, sujeitar-se a uma palavra constituída por uma sociedade de espetáculo na qual ele é esperado como espetacular, quer dizer, não mais como Sujeito, mas como Eu. Se ele não se dá a si próprio como espetáculo, ele é reduzido à posição de ser um espectador que, com seu olho, contempla a cena de um mundo do qual está excluído como agente, pois seu olhar destina-o à função de espectador (Didier-Weill, 1997, p. 32).

Esse aspecto pode ser discutido a partir do seguinte relato de Amélia:

[...] Em geral, é claro! Que as pessoas mais simples, mais humildes, olham mais. Os pesos estão nas pessoas, não em mim!!! Eu percebo que me olham... e olham muito! (Longo silêncio) Mas, eu “toco o bonde!” Eu finjo que não estou vendo! Que aquilo não me atinge! Eu vou seguindo! Vou levando...! (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

A experiência do olhar e reflexo reluz na singularidade de quem é olhado e nomeado. A imagem que se exprime leva a indagações, julgamentos e condenações, gerando angústia,

medo e solidão. O espetáculo diz sobre reações impostas culturalmente e socialmente entre o que é certo, errado e (a) normal. O (pre)conceito ditado pela sociedade reflete no cotidiano. Por isso, precisamos falar sobre possibilidades de acesso à saúde física e acessibilidade que permeiam diante das (im) possibilidades. As experiências de vida das pessoas com deficiência e o ambiente que estes vivem, marcam a construção destes como indivíduos capazes de contribuir com melhores condições de acessibilidade, trabalho e moradia e pertencimento social.

Destacamos com a seguinte fala:

[...] Igual...(pausa) Eles são... como eu posso, te falar? Igual, é.. Por mais que você, seja boa, em tudo que você faz, se você comete qualquer erro, é por causa da deficiência...Seja no trabalho ou na vida. Então, você é, é... (Pausa), não é promovido não é porquê, não tenha capacidade(silêncio). Mas, por causa da deficiência, o mercado, não, eles não, é.. é....(pausa) contratada pessoas com deficiência, são leis... é.... é..(pausa), Então.. Eu posso te pagar pouco, porque você não vai arrumar outro emprego. Então... Longo silêncio) aquela empresa, não vai te contratar, então você não é promovido (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Esse olhar de quem vê, não re(produz) apenas discursos, mas pode levar os sujeitos a reflexos de reprodução da visão ditada pelo outro e não por si mesmo, gerando impactos e rupturas, transformando a ação própria e no contexto em que estão inseridos. O cenário remete a várias significações que, certamente, ganharão seu toque singular pela particularidade de quem analisa e nomeia, a partir do (en)quadro, de significados ou de rupturas, que fazem o sujeito lidar com as questões de uma forma sensível em sua subjetividade. Por sua vez, a pessoa com deficiência passa por um processo de (re)conhecimento de si mesma, contribuindo com a desmistificação de saberes já existentes, para então, criar significados na deficiência.

As diferenças são constituídas pela sociedade, a partir de denominadores que marcam a subjetividade de cada um. Diante dos desafios impostos à deficiência, estamos considerando o estigma em relação às mulheres nas transformações no contexto coletivo, social e a desqualificação de ser mulher, associada a um determinado grupo social desfavorável, na imposição de valores de como devemos agir, vestir e agrupar, por exemplo (Berger & Luckman, 2004).

Nesse viés, dialogamos que o preconceito não é somente consciente, mas latente. Somos seres diferentes nas subjetivações, crenças, desejos e autonomias diversificadas e todas aquelas pessoas visualizadas de forma diferente, são inseridas no preconceito social, pressupomos então:

[...] se o preconceito é algo irracional, a forma de expressá-lo nem sempre o é, e, assim, devemos nos ater, inicialmente, tanto às explicações psicanalíticas sobre as modificações a que todos os indivíduos devem se submeter para poder pensar, quanto ao invólucro pretensamente racional que os preconceituosos dão às suas teses (Crochík, 1995, p. 30).

Dialogamos com a frase ditada por Amélia que reflete essa percepção de si a partir da visão de *outrem*, com a expressão de seus preconceitos:

[...] Eu sempre tive a cabeça erguida, muiiito corajosa. É claro, que a gente sabe que têm os preconceitos, na rua a gente vê, alguém olha a gente diferente, etc. Mas, eu não me abalo com isso não! Principalmente pelo uso da bota, as pessoas param, perguntam, mas eu sigo, eu sempre sigo! Me sinto normal! (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

Tais argumentos refletem o sujeito racional, na visibilidade real do corpo, da lesão, das anormalidades descritas socialmente, dos impasses que o sujeito encontra em seus vínculos sociais, na inclusão realmente de fato e na voracidade das potencialidades de cada um, pois o indivíduo só é autônomo a partir da visualização de si mesmo e com o mundo. Na inviabilidade social, o sujeito passa a ser estigmatizado. Determinada deficiência se esbarra na mesma dimensão de dificuldade. Diante de alguma debilidade, a deficiência poderá apresentar a mesma nomenclatura, mas cada indivíduo responde de forma diferenciada, uma vez que cada sujeito é único e evolui a partir dos estímulos recebidos para seu desenvolvimento, diferenciando-se ainda, na classe social, gênero, idade, profissão, religião etc. (Goffman, 1998).

A interseccionalidade propõe duas contingências sociais, das quais descrevem apontamentos e subjetivações sobre os atravessamentos sociais, que ditam nomeações como marginalização e preconceitos diante da diversidade na deficiência, ressaltando que, a

diversidade seja visualizada em todos os âmbitos culturais, sociais, subjetivos, no entendimento inclusivo diante da historicidade do indivíduo (Crenshaw, 2002).

Esse fator também é contemplado por *Ana*:

[...]Antes era tudo mil maravilha! (Pausa) na infância e adolescência, mas... é... mas (pausa) é... na adolescência pra mim, foi normal, nunca tive problema não! Porque, mas aí, é.. Vem outras prioridades... é.. é ..! Amadurecimento! Novas formas, pessoas e lugares! Enfim... A gente cresce! (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Essa questão se relaciona estreitamente com questões sociais que rotulam as pessoas, na desvalorização de si mesmas e nos grupos que fazemos parte. *Ana*, em um ponto de vista próprio, em conjunto à experiência narrada, conforme a conjuntura de suas relações de trabalho e sociedade, tornando-se assimétricas no seu ponto de vista. Ela afirma que não percebia o preconceito na infância e na adolescência, mas quando teve que assumir certos ‘postos’ sociais de maior relevância os preconceitos aparecem escarrados.

Todo ser humano é um sujeito social. Todos nós pertencemos a variados grupos que integram nossa relação conosco e com o mundo. A deficiência em si já apresenta inúmeros estereótipos marcados pelo contexto social, com marcadores direcionados: ser mulher com deficiência apresenta-se sob o prisma de um duplo estigma nos espaços sociais, familiares, educacionais, organizacionais e de gênero.

O contexto cultural, social e subjetivo tem um papel importante na valorização e inclusão dessas pessoas, no contexto político e direitos humanos para a equidade social, considerando uma sociedade inclusiva na inter-relação: indivíduo-sociedade-interdependência-inclusão.

Ressaltamos uma fala diferenciada:

[...]Estou trabalhando até hoje...(pausa) eu sempre trabalhei no serviço público. O trabalho é tudo para mim! Estou pensando quando eu aposentar, será um pouco difícil para quem trabalhou a vida toda. No trabalho, eu me vejo, me realizo! Se tem preconceito eu nem vejo! (risos) (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

Aqui, *Amélia* ressalta a compreensão não capacitista, assumindo seu pertencimento social, que vê o trabalho como uma contemplação, a partir do qual as barreiras encontradas são vivenciadas e (re)significadas de forma positiva, liderada pela sensação de pertencimento

a um espaço social, na medida em que se assenta a ideia de autonomia e acesso ao trabalho. O sujeito não é somente individualizado, mas se estabelece com um grupo e pode ser definido pelos motivos pelos quais existe e pelo processo histórico ao qual se insere como indivíduo social.

Esse pertencimento é promovido por meio do acolhimento e inclusão, considerando o reconhecimento do ambiente no qual se encontram os indivíduos, seus processos históricos, a forma como são desenvolvidas as relações sociais e interculturais. “O indivíduo, na sua relação com o ambiente social, interioriza o mundo como realidade concreta, subjetiva, na medida em que é pertinente ao indivíduo em questão, e que por sua vez se exterioriza em seus comportamentos” (Lane, 1989, p. 83). Assim, para que se responda como alguém que interpreta o mundo ou determinada situação, é importante considerar quais são os processos de formação e a forma como este responde à vida em sociedade.

Os espaços sociais nos quais as pessoas com deficiência estão inseridas, se relacionam ao respeito e a importância da diversidade, cuja definição é explicada a seguir:

[...] o conceito de diversidade, quando contempla minorias – pessoas com deficiência, por exemplo, precisa necessariamente levar em consideração o contexto histórico e o espaço social em que elas estão inseridas, pois eles oferecem as possibilidades de classificação, atribuição de características distintivas e as justificativas para as ações relacionadas a essas minorias, modificando a relação de forças entre pessoas com e sem deficiência (Carvalho-Freitas & Marques, 2010, p. 499).

As classificações sobre as quais as pessoas com deficiência estão inseridas, marcam os indivíduos por meio de suas vivências, que dialogam sobre a autonomia, a personalidade e as experiências de vida. ‘Ser e sentir-se deficiente’, traduz uma ambivalência nas interações subjetivas e intersubjetivas, pautadas por uma construção bibliográfica, histórica, cultural e socialmente contextualizada (Martins & Barsaglini, 2011). Demonstramos, no relato de Ana, uma sensação que contradiz essa noção de diversidade, uma vez que a inclusão de fato, não é percebida:

[...] Estou aqui, no trabalho, porque a lei obriga! O preconceito vem lá de cima, de pessoas superiores a mim, é.. (pausa) é... Isso eu tenho que conviver, sempre foi assim.... Eles querem pessoas “normais” para exercerem cargos superiores. É..

é...(silêncio), na escola também era assim, mais era menos, muitas atividades eu não participava, por que não deixavam (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Apesar dos avanços sociais da deficiência, Ana atribui em sua fala sua posição em relação ao cumprimento das leis de cotas, explicadas em maior detalhe adiante. O que nos chama a atenção é a dicotomia de significações no trabalho, na escola e em sua experiência narrada. A busca pela diversidade ainda é árdua e escorre nas linhas e entrelinhas ressaltadas por ela, analisadas e interpretadas em nossa visão, situação agravada pela discriminação e preconceito que perpassam suas relações sociais.

Os processos de (in)exclusão, refletem na constituição do sujeito, na visão de si mesmo e com o mundo, na constituição de significados nomeados a partir das nomeações atribuídas por si e pelo outro. Essas estruturas surgem a partir das identificações que pautam as relações sociais e os valores atribuídos às diferenças da deficiência, na dimensão simbólica seja positiva ou negativa.

É fundamental perceber que a sociedade, em termos humanos, implica sempre a existência de uma linguagem de signos e símbolos mais elaborada. Essa linguagem não é “fechada”, mas aberta, daí a própria possibilidade de evolução cultural da espécie [...]. Assim, em qualquer sociedade ou cultura, existe uma permanente margem de manobras ou áreas de significados “aberto” onde possam surgir comportamentos divergentes e contraditórios (Velho, 2003, p. 22-23).

A deficiência é construída pelo fator social, ditada por nomeações culturais, econômicas e comportamentais que incluem ou excluem os indivíduos e traduzem autonomia e possibilidades. Caso contrário, partimos da desintegração social, discriminação e exclusão dos indivíduos com deficiência (Sérgio, 2003). A inclusão parte das configurações da capacidade de ser, ver e estar no mundo, na (re)construção interna e externa que possibilite a interação com outro em todos os sentidos, através das experiências narradas e vivenciadas enquanto agente de linguagem e significações que moldam a si mesmo nas construções da autoimagem subjetiva seja moral, social, pertencimento ou cultural (Zanella et al., 2008).

Dialogamos com a seguinte fala:

[...] olha...! A deficiência pra mim sempre foi muito “normal”, minha mãe, meu pai, irmãos nunca me trataram diferente, é igual, é tudo natural! Nunca me olhei pelos

outros, (pausa), pelos olhos dos outros, sempre segui em frente e assim vou levando até quando Deus permitir! (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

Amélia, traduz em suas vivências as concepções atribuídas à deficiência, de ser nomeada em suas potencialidades, em seus arranjos subjetivos e sociais. Contudo, a participante destaca uma lacuna nos dizeres: “seguir em frente”, “muito natural”, inserida nos desdobramentos do trabalho, vendo-se como “normal”, envolvendo uma resistência dos outros acharem ela “diferente” pelo fato que narra variadas vezes: “é muito natural”, “não vejo preconceito”. O trabalho como fonte inesgotável de sucesso pessoal, revela a normalidade representada por ela nos contextos culturais e sociais. A angústia atribuída é demonstrada de forma latente, traduzindo as incertezas e desafios enfrentados. Referimos a angústia do esconderijo do capacitismo, mostrando o “normal”, como uma forma de se referir às suas dificuldades e desafios encontrados na deficiência (Goffman, 1998).

Elencamos dois atores que traduzem a visão estigmatizada da sociedade, Goffman (1998) e Crochik (1995). Ambos se entrelaçam nos ditados sociais que reluzem os preconceitos e tamponam a deficiência de tal modo, para evitar que essas pessoas façam parte do tecido social. A sociedade esconde, não insere ou diversifica sua visão sobre a deficiência, fazendo com que as pessoas com deficiência acabem assumindo o capacitismo, expressa a partir de nomeações de normalidade, apenas segregando e não incluindo-os de fato.

Os estereótipos marcam a experiência do sujeito, impedindo a socialização com outras pessoas, proporcionando a repetição de significações atribuídas a determinada pessoa, ambiente ou grupo, fechando as novas experiências. Essa esfera tende a seguir padrões culturais e sociais, automatizando o que a cultura impõe, no sentido de ser, desejar e fazer, na influência de formação de si mesmo e com o outro, muitas das vezes não se percebendo como sujeito na realidade que vive, na qual o não pertencimento se instaura, impossibilitando o crescimento e a autonomia (Horkheimer & Adorno, 1973).

Vir a ser no mundo condiz com a integração com o outro e sociedade, diante da (a) normalidade ditada culturalmente. A partir do contato com outro já estamos incluídos ou excluídos socialmente, por meio de construções sobre as diferenças, nos movimentos cotidianos e no espaço. Estamos centralizando as relações sociais e na (re)construção, na influência do modelo de produção capitalista e nas representações sociais, perante a visão do espaço para pessoas com deficiência na relação das experiências particulares no cotidiano e no vivido, para construção social e afetiva (Lefebvre, 2006).

Assim nos referimos com a experiência aqui narrada:

[...] Eu sempre trabalhei por cotas, por indicação! (Pausa). Parece que as pessoas não visualizam as pessoas com deficiência e suas capacidades. Tudo tem que ser “perfeito”, ou seja, temos que nos desdobrar para dar conta! Não é fácil! Se você não exerce cargos maiores é por causa da voz⁵ e da deficiência (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Na experiência narrada por *Ana*, há o destaque para o estigma presente em atitudes que interferem significativamente suas relações sociais, ressaltando diversas vezes o trabalho, expressando a opressão, considerando dominação pela imposição da competência, subordinação, ao acreditar que as tarefas realizadas devem ocorrer com perfeição e relações de superioridade e inferioridade ao indicar que: “eu sempre trabalhei por cotas, por indicação”. A inclusão e exclusão exprimem dualidade: a visibilidade e a invisibilidade das pessoas com deficiência na esfera social, reforçando uma atitude que aqui é apresentada. Partimos da privação de exercer determinada tarefa ou cargo de chefia, culminando na negação do reconhecimento pessoal e do trabalho.

Tais apontamentos, nos relacionam a busca pelo reconhecimento, direitos a serem exercidos, a luta pela igualdade, em suas diversidades, traduzida em várias situações, pelos obstáculos aqui mencionados, pela busca de reconhecer a competência de cada indivíduo, pelo desbotamento dos obstáculos psicossociais impostos aos grupos que fazemos parte. Partimos das experiências excludentes, mas que lutam pela diversidade pelo respeito dos grupos sociais que fazemos parte. Aqui mencionamos “colaborador e chefia”, ponderando que o respeito à dignidade inerente a cada membro do grupo seja restabelecido (Honnet, 2009).

Cada indivíduo possui sua historicidade, permeada por desejos, dores, angústias, sofrimentos, prazeres e sofrimentos que transcendem a nossa identidade. Assim, pensar na trajetória de vida das pessoas com deficiência estamos referindo-nos a compreensão de possíveis opressões e relações sociais presente na vida dessas pessoas, possíveis marcadores, diversidades que se interligam e podem se apresentar dentro de um determinado grupo social, com a internalização daquilo que é ouvido e internalizado dentro de si. Para tal reflexão:

Desse modo, a internalização das experiências vividas por cada adulto tem início nos processos sociais desde a infância e, portanto, nas relações estabelecidas com pessoas, espaços, lugares, cultura. Em segunda instância, as mediações vivenciadas permitem a

⁵ Ana ressalta a voz pelo fato de apresentar disfemia (gagueira), ocasionada pela deficiência.

tomada de consciência de si e do outro, numa relação dialética e semiótica, demonstrando a importância dos processos socioculturais para o percurso da construção ativa do sujeito (Drago, 2013, p.10).

Aqui, trazemos uma reflexão atribuída pelas falas de Ana e Amélia:

[...] na infância não havia preconceito! Na adolescência, a infância era normal! Saía, divertia, ia na igreja, é...(pausa), é... é... entãaaao! Nada, nunca (é... é... Pausa) foi empecilho! Com o tempo fui percebendo o preconceito! Nunca foi fácil, nunca era! (é... é... Silêncio), mas a gente vai lutando! [...] (Ana, 32 anos, maio, 2023).

[...] minha infância, foi uma infância muito sofrida! (Longo silêncio). Fui muito pobre! Meu pai não tinha condições! Tive que sair de casa muito cedo para trabalhar! Fui morar com pessoas bem mais velhas do que meus pais. Se existia ou não o preconceito, não dava nem tempo de perceber... (risos e pausa). Na verdade, não tive infância! tinha que trabalhar para comer e ajudar meus pais... [...] (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

A partir dos diálogos apresentados, atribuímos ações reivindicatórias que sinalizam para a diminuição do reconhecimento de si mesmo para com um mundo. As experiências narradas na infância traduzem a dicotomia na construção subjetiva dessas mulheres, apresentando sentimentos de frustração e desvalorização na infância, refletindo as lutas e os conflitos presentes nas experiências apresentadas, cujo processo de inclusão não está livre do mal-estar.

Outra consideração a ser apontada é que Amélia sintetiza o fator econômico da pobreza que intersecciona com a questão do gênero e da deficiência, considerando as motivações para seguir em frente, apesar das dificuldades encontradas no caminho, na compreensão dos obstáculos considerados importantes para sua construção subjetiva e social.

Na dialética da exclusão/inclusão, os sujeitos não são espectadores passivos. Ao contrário, são atores sociais, produtores de ações e significados que constroem o cotidiano e a história. Desta forma, há transformações e reproduções que se constituem em um movimento espiral de quedas e avanços, no qual os sujeitos expressam, ao mesmo tempo, sua situação atual, as formas de opressão e um certo devir, apontando possibilidades futuras de superação.

Há a exclusão/inclusão real e concreta, que é perigosa e tirânica, e precisamos estar atentos a suas novas formas de objetivação, estabelecendo uma luta efetiva teórica-prática, para excluir a dominação e incluir a emancipação, a ética e a justiça no campo das relações concretas da vida. Falo da emancipação, não no sentido que lhe roubou o neoliberalismo, mas da vida digna, com direitos e acesso a questões básicas de sobrevivência, diversão, de alegria e felicidade, na realização de cada qual como sujeito efetivo nesta construção (Maheirie, 2008, p. 55).

Aqui, não tencionamos ressaltar o neoliberalismo, mas a emancipação do indivíduo na construção da singularidade, na luta por pertencimento e nas relações sociais, desconstruindo a epistemologia da inclusão e da exclusão, mas produzindo reconhecimento de ser e estar no mundo, nas relações das quais fazemos parte, no pertencimento de si mesmo e na construção de liberdade para emancipação subjetiva, cultural e social.

Outro aspecto que apresenta relações de preconceito é visualizado na seguinte fala:

[...] então... (Pausa) a bota pra mim sempre foi um “porto seguro”! As pessoas na rua olham, às vezes olham muito...! (Silêncio). É como se ela fosse algo estranho no meu corpo, mas eu sigo, vou levando! O importante aqui, é como me vejo, vejo meu corpo, minhas marcas, não os outros... (silêncio e pausa) (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

Amélia sintetiza o reconhecimento, salientando as vicissitudes experimentadas nos dizeres sociais que ressaltam o corporal, salientando seu encorajamento e atitudes positivas atribuídas pelo corpo ressaltando que o outro insere uma visão permeada de dizeres contraditórios. Contudo, a partir de sua autoconfiança, sentimentos e atitudes positivas de si mesma, Amélia busca superar essas visões dicotômicas. O corpo é social e apresenta-se interpretado em relação aos marcadores expressamente definidos pela coletividade.

O corpo deficiente insere a dualidade de marcadores na dimensão da corporificação, que diz respeito à experiência que o indivíduo tem em relação ao corpo e a deficiência, para além da lesão visualizada, mas as marcas vivenciadas por si mesmo diante da deficiência. Assim, é também “[...]uma forma de se constituir como um determinado tipo de sujeito - nesse caso é o corpo, ou mais especificamente uma determinada corporalidade, que constrói uma determinada pessoa” (Maluf, 2001, p. 96).

Nós, seres humanos, somos marcados pelas questões subjetivas, que marcam a existência humana. Cada corpo é moldado por suas experiências positivas ou negativas, diferenciadas entre múltiplas complexidades envolvidas no contexto que o indivíduo é

inserido. As experiências dos indivíduos têm repercussões nas configurações, reais ou imaginárias, seja na construção de si mesmo ou com o outro na avaliação da autoestima, percepções, habilidades e na apresentação corporal. Esses componentes são influenciados culturalmente.

O corpo passa a ser denominado, por signos e significados, ressaltados a ele, gerando coerção, controle ou alienação cultural. Esse processo insere como esse corpo deve ser e estar no mundo, com o critério de aceitação social (Foucault, 2001). Falar, dialogar, interpretar e refletir requer uma visão acolhedora e humanizada sobre cada indivíduo que narra sua história. Essa narração ocorre por meio de falas, gestos e comportamentos que cruzam e dilatam-se a partir da experiência narrada e experimentada.

Ao falar sobre trajetórias de vidas estamos considerando a (re)significação do narrador, que se difere das histórias biográficas pesquisadas, dotado de histórias que ungem sua singularidade, seus espaços sociais vivenciados no silêncio, a partir de vozes que preponderam a dualidade da (des)igualdade social. A imagem corporal não é apenas consciente. Ela é construída tomando, em grande parte, a referência do corpo de influências externas, predominando, em geral, os elementos visuais. Porém, a imagem de si mesmo e do outro não está ligada somente à aparência física, mas principalmente à qualidade do relacionamento consigo e com o mundo, regada aos aspectos extremos, projetados em nossa constituição, enquanto sujeitos.

É preciso proporcionar autonomia e não a dominação das pessoas com deficiência, caso contrário, entra-se no assistencialismo. Como uma forma de negação ao assistencialismo, tem-se a igualdade, que proporciona a inclusão de grupos sociais marginalizados. Desloca-se a igualdade em favor do cuidado, insere o preconceito, dando ênfase à repressão e dotando o sujeito 'deficiente' de nomeações que atribuem precariedade, em contraposição aos dizeres positivos. Tais classificações partem de adjetivos manifestos ou latentes nas dificuldades e potencialidades atribuídas na interação e aceitação do outro, das experiências narradas e vivenciadas na deficiência, que nos ajudam a compreender como a deficiência impacta não apenas na inserção social, mas também na formação da psique humana, face à rejeição ou à inclusão (Sivers, 1995).

Esse aspecto é destacado por Macedo (2008, p. 129):

Qualquer que seja a forma pela qual o indivíduo tenha a deficiência (congenita ou adquirida), ela repercute com profundas implicações psicológicas, desde a rejeição pura e simples até a dificuldade de elaborar a própria diferença em relação aos outros.

O aspecto social, juntamente com o psicológico e o biológico formam um tripé sobre o qual se apóia a experiência vivida de cada pessoa portadora de deficiência.

Cada sujeito é lido a partir da narração do outro, pelas potencialidades, dificuldades, aceitação ou rejeição, nas experiências vividas, sentidas e atravessadas por outras tantas possíveis experiências. Para tanto, existem questões diferenciadas para cada pessoa, que as torna diferentes entre si, ainda que diferentes indivíduos pertençam ao mesmo grupo, cultura e sociedade.

Portanto, as internalizações das narrativas ditadas por si mesmo e pelo outro discorrem sobre particularidades específicas, no resgate da história da qual o sujeito (re)vive diante do discurso narrado, nas diferentes trajetórias percorridas, no reconhecimento peculiar das narrativas, de saberes que possibilitam compreender e representar por significados. Com a história de seu tempo, esses aspectos são refletidos a partir da fala de sujeitos que vivem/viveram a deficiência, para a transform(Ação) de si mesmos.

O viés da interseccionalidade aqui, é usado para salientar dois estigmas: gênero e deficiência. Assim, passamos a compreender como os fatores subjetivos, culturais e sociais são inseridos em suas queixas e demandas, demarcadas na historicidade de cada uma. Tal discussão relaciona-se aos fatores de gênero, classe e marcadores sociais:

Muitas pesquisas voltadas ao estudo da intersecção entre gênero e deficiência tem mostrado que as narrativas culturais relacionadas à deficiência moldam as expectativas que a sociedade tem em relação às mulheres que vivem essa experiência. [...] Com base na análise desses resultados, elas identificaram que a deficiência se cruza com o gênero, bem como com a idade e a raça, produzindo resultados negativos na educação, no emprego e na renda para todas as pessoas com deficiência [...] (Gesser, Block & Mello, 2020, p. 24).

Desse modo, a importância de pensar a deficiência no campo da interseccionalidade, “emancipa o lugar da pessoa com deficiência nas lutas anticapacitistas, o que não deixa de ser um ato político, uma vez que visibiliza as trajetórias de lutas por reconhecimento e por políticas sociais” (Gesser, Block & Mello, 2020, p. 36).

Nesse locus pensamos a deficiência nas narrativas experimentadas, influenciadas pelas categorias de gênero, raça, classe social, idade, escolaridade e nacionalidade. Não existe uma mulher ‘padrão’. Cada mulher é marcada por experiências vividas, sentidas e atravessadas por

padrões, estabelecidos em marcadores sociais que influenciaram negativamente ou positivamente a história contada e narrada. A partir das narrações de Ana e Amélia, percebemos questões capacitistas no ambiente social onde essas participantes atuam.

Há questões específicas de cada uma, que as torna diferentes entre si, ainda que façam parte de um grupo semelhante. Cabe dizer que, ainda que o preconceito, no modo de pensar e agir, esteja muito além de uma categoria interseccional, atravessado por múltiplas categorias de análises e marcadores sociais de diferenças, aqui, não centramos nossas análises nas opressões, mas nas diferenças e diversidades. Ressaltamos que as intersecções “produzem subjetividades e diferenciam o modo como os sujeitos significam suas vidas [...] para assim entender a opressão e discriminação interseccionais vivenciadas pelos distintos sujeitos” (Bock, Gomes & Beche, 2020, p. 137).

A interseccionalidade nos convida ao afastamento dos discursos de opressão e preconceito, dialogando com a identidade e a subjetividade, mesmo quando estamos alocados em uma sociedade capacitista e, muitas vezes, excludente. Aqui, consideramos as intersecções presentes nos marcadores sociais de gênero, raça, classe social, escolaridade.

Na fala de Amélia podemos ilustrar três aspectos de interseccionalidade: mulher-deficiência-pobreza:

[...] Eu sempre fui muito pobre! Tive que trabalhar muito cedo para ajudar meus pais, comecei a trabalhar com nove anos de idade. Pelo fato de ser mulher, trabalhei de doméstica. Nessa idade fui para a cidade para estudar e trabalhar. (pausa). Trabalhava muito, muito mesmo! Carregava bacia nas costas, nem sei como pra te falar a verdade, mas carregava... (longo silêncio). Era muitas roupas, lençóis e por aí vai...! (pausa) Lavava o chão, tinha que carregar água na bacia para lavar...! Igual eu te disse: a deficiência nunca foi empecilho, mas eu tinha minhas dificuldades e dores. [...]. Pelo fato da minha infância e adolescência eu ter sido muito pobre, hoje sou o apoio da minha família na questão financeira, tudo que eu posso ajudá-los eu ajudo! (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

Com base na experiência de Amélia, consideramos marcadores sociais que atravessam sua experiência, sua relação com a deficiência, gênero e condição econômica insere um papel importante em sua história de vida. Quando Amélia ressalta que a deficiência “nunca foi empecilho”, entendemos as potencialidades atribuídas por ela, visualizando seu modo de ver

para além das dores e dificuldades. Em sua narração, a questão financeira, ressalta o cuidado em ajudar o outro, pelo fato de ter passado por dificuldades econômicas.

Há a percepção de um desprendimento material, expresso por Amélia:

Tudo aqui nessa terra é emprestado...! assim, eu vou ajudando minha família, quem eu vejo que precisa... porque é muito triste querer as coisas e não ter... Isso tudo eu agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida (sinaliza a imagem). Tudo é temporário, então por que não ajudar o outro? (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

Amélia sinaliza suas potencialidades, seu modo de ser e estar no mundo e suas contribuições sociais e seu elo com a família. Sua visão de mundo carregada de independência e interdependência pessoal e financeira. O diálogo interseccional atento às intersecções de outras categorias, possibilitou a perceber a deficiência não apenas como um conceito isolado, mas nas relações e conexões com as demais estruturas que carregam a deficiência, com um olhar atento às demarcações por ela apresentadas.

Somos marcados por nossas experiências, angústias, sofrimentos, sentimentos, pensamentos, emoções e comportamentos, como molduras que nos formam e (re)formam nossa historicidade. A identidade emancipatória, autônoma é importante para a construção de nossa identidade, pertencimento e reconhecimento social. Para tanto, salientamos o outro lado, marcado pelo preconceito, infantilização, exclusão e dependência (Pacheco & Cimpa, 2006). As intersecções apresentadas aqui, impactam a vida dessas mulheres e constituem suas subjetividades. Necessitamos de construções emancipatórias na deficiência para desconstruir as visões capacitistas para a promoção de reconhecimento, pertencimento e transformação social.

3.2 GÊNERO E DEFICIÊNCIA: INTERSEÇÕES E PERSPECTIVAS

O elemento gênero compreende as diferenças atribuídas entre homens e mulheres, nos diferentes papéis atribuídos na sociedade, nas relações subjetivas, culturais e sociais, nas atribuições de opressão, subordinação e submissão referente ao outro que exerce função de poder. [...] “assim a abordagem de gênero não é um conceito fixo, tampouco unânime, está em constante mutação de acordo com as regras de convívio social de cada cultura” (Cruz, 2012, p. 49).

Os gêneros assumem variadas formas singulares, culturais e sociais, produzidas por interlocuções que compõem suas identificações e nomeações, referentes aos corpos,

masculino e feminino. Além disso, os elementos raça, cor, idade, condição financeira se entrelaçam na dicotomia de identidade, pertencimento, inclusão ou exclusão social, atribuídas à história dos sujeitos. Narrar a história implica compor versos intersubjetivos de si mesmo e para o outro.

Nas experiências narradas aqui, percebemos a dicotomia que escancara o fato de ser mulher com deficiência. Esses elementos são evidenciados na narração, entrelinhas, pausas e entonações que silenciam e discorrem sobre as desigualdades capacitistas, lançadas sobre a mulher com deficiência. Dizer sobre sua trajetória feminina significa dialogar, refletir e indagar sobre as proposições ditas e dilaceradas pelo fator social, ditado pelas reformulações sociais que interligam as distinções baseadas no gênero e nos simbolismos culturais que sustentam tais discussões. “O sujeito sempre faz relato de si mesmo para com mundo, seja inventado, seja existente. E o outro estabelece cena de interpelação com relação à ética mais primária do que o esforço reflexivo que o indivíduo faz para relatar a si mesmo” (Butler, 2015, p. 33).

As generalizações atribuídas ao gênero sintetizam e opõem não apenas a compreensão da história, mas a complexidade dos processos sociais e os compromissos que a mulher com deficiência atribui às suas relações. Assim, interessamo-nos em como nossas participantes se referem a existência de seus fenômenos ou da realidade, em suas formas de dizer, soletrar, interpretar e explicar sua história de vida.

A deficiência é ressaltada nos aspectos culturais e sociais, a partir de nomeações postuladas pelos indivíduos, o que cruzam com as diferenciações de ser homem e ser mulher, abstendo de interligações de gênero e deficiência, que se opõem nas opressões e implicações discursivas e analogicamente políticas que compõem padrões socialmente impostos. Essa dinâmica enquadra-se na normalidade e nas intersecções de patriarcado que integram a masculinidade na visão de força e poder (Garland-Thomson, 2002).

As mulheres com deficiência carregam consigo, ao menos, dois estigmas: gênero e deficiência apresentada no corpo, nas vulnerabilidades atribuídas pelo fato de ser mulher. A mulher que trabalha, que estuda e que exerce ou não a função da maternidade, elenca as conjunturas subjetivas, sentimentais, emocionais e cognitivas, balbuciando a invisibilidade que marca suas trajetórias. Outros recortes como os de raça e classe social também são fundamentais para a intensificação desse estigma, demarcando posições de subordinação social historicamente enraizadas (Garland-Thomson, 2002).

O relato da participante Ana ressalta os estereótipos enrijecidos nas relações de gênero e na valorização do homem, interligando-se às questões de trabalho, nas definições de cargos e nas relações de papéis sociais construídos socialmente:

[...] então, você é, é não é promovido, não porque não tenha capacidade, mas, por causa da deficiência, do gênero e do mercado... não, eles não, é... (pausa) é... (pausa). Contrata pessoas com deficiência, então... eu posso te pagar pouco, porque você é mulher e com deficiência (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Nas entrelinhas narradas por Ana, visualizamos o estereótipo ser mulher, marcadas pela execução das tarefas em suas vivências, principalmente no trabalho, a partir do entendimento de que as mulheres com deficiência seriam ‘menos’ eficientes, em relação aos homens, nas incompletudes e no desvio da (a) normalidade, atribuídos aos rótulos imparciais de empoderamento e vulnerabilidade.

[...] eu teria que fazer um curso lá em São Paulo, já estava tudo certo! Aí chegou, foi lá ... e tinha que viajar sozinha, ressaltai que conseguia, no caso não deixou [seu patrão], porque onde eu teria que ir sozinha. E, eu ressaltai: “eu consigo, já fui, dou conta!” Aí foi colocou outra pessoa, um homem (Ana, 32 anos, maio, 2023).

A questão do androcentrismo, que diz respeito às questões do patriarcado atribuiu ao homem visões como superioridade e poder, que configura a produção e reprodução da sociedade, contaminando as construções de relação de si mesmo e de relações grupais. Um exemplo disso é, no trabalho, o estabelecimento da superioridade para os homens, colocando-os como melhores condutores para exercer determinadas funções (Sardenberg, 2007). Ressaltamos que, está ainda é uma concepção disseminada, manipulada e egocêntrica, colocando o capacitismo escancarado.

Esse paradoxo está inscrito para Ana, resultando em uma trajetória, principalmente no trabalho, que dilacera as potencialidades de alcance de melhores condições financeiras:

[...] Assim... (pausa), o preconceito, ele sempre vai existir! Ser mulher não é fácil, ser deficiente é mais difícil ainda! Se você não é promovida é por causa da deficiência, se você comete um erro é porque é mulher, e às vezes é por causa da deficiência, não é um processo fácil (Ana, 32 anos, maio, 2023).

As marcas da inviabilidade histórica sobre gênero e deficiência geraram significados sobre gênero masculino e feminino, generalizando as potencialidades aos homens e fragilidades às mulheres. Ser homem ou ser mulher representa construções sociais atribuídas sobre quem é homem e quem é mulher. Tal visão culmina no processo de exclusão e invisibilidade. Nessa instância, podemos atribuir a seguinte discussão: “[...] quando os que a praticam forem diferentes e quando a categoria de gênero for levada em consideração” (Farganis, 1997, p. 229).

Destacamos que o silenciamento é uma condição histórica que nos leva a alienação social, visualizando o homem como um ser integral, capaz de resolver qualquer tarefa que lhe seja demandada, passando, inclusive, a representar a voz de suas companheiras. Fazendo um paralelo com a deficiência e o gênero feminino, salientamos a posição masculina, uma vez que essas mulheres não são incluídas nos cargos de chefia, casamento e maternidade. O homem é visto como o provedor dos bens materiais, diferenciando-se brutalmente das mulheres, entendidas como cuidadoras, afetuosas, passivas e submissas (Bourdieu, 2002).

A conceituação do problema busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam posições aos níveis de raça, etnia, classe e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos que despontam (Crenshaw, 2002).

As significações nos vieses dos eixos sociais, culturais, no feminino entrelaçam as narrativas do indivíduo, que compõem a construção no mundo. Nas entrelinhas observamos a exclusão realçada pela classe, dita como ‘anormal’, condizente com a exclusão e as lacunas do preconceito. A crítica feminista, destaca as discussões que o modelo social reflete em parâmetros de construções de si mesmo, construídas de forma coletiva e pautadas não na exclusão. Por sua vez, o viés biomédico, identificado nas falas apresentadas, ressalta a lesão corporal como uma debilidade, negando o direito social do estudo e trabalho.

Uma perspectiva científica não se revela feminista apenas ao conceito de ser mulher, mas nas consonâncias de intervenção à inclusão social, equidade de acesso e novas formas de ver o mundo, a partir das diferenças, na busca de uma sociedade mais igualitária (Neves & Nogueira, 2005). Esse campo de pesquisa tem dialogado com a busca de ferramentas cruciais para a ruptura da segregação, gerando uma compreensão a partir das narrativas apresentadas, considerando a deficiência como uma construção social. Assim, o cuidado é ressaltado como

parte integrante de ser e estar no mundo. A independência é construída a partir de um Outro que nos move ou paralisa para além da questão de gênero, mas da condição humana entre o nascer, viver e o morrer (Kittay, 1999).

A interseção entre gênero e deficiência pode provocar indagações sobre direitos e políticas públicas que garantam a igualdade social, levando a inclusão das mulheres com deficiência, transcendendo o reconhecimento das singularidades, possibilidades, valor e cuidado, como direito à dignidade humana (Kittay, Jennings & Wasunna, 2005). Grande parte das feministas adotam o modelo social da deficiência, não se contrapondo às estruturas sociais opressivas – a pessoa com deficiência, em especial aquelas mais vulneráveis. Todavia, os argumentos feministas apresentam uma dupla face: “por um lado, revigoram a tese social da deficiência e, por outro, acrescentam novos ingredientes para enfrentamento político da questão” (Diniz, 2003, p.2).

Sobretudo, a questão improdutiva lançada às mulheres com deficiência insere dois estigmas: ser mulher(gênero), deficiência (lesão corporal), como uma anormalidade. “As teorias feministas desafiaram não só o tabu do corpo deficiente, como principalmente a falsa suposição de que todos os deficientes almejavam a independência, ou mesmo seriam capazes de experimentá-la como proposto pelos teóricos do modelo social” (Diniz, 2007, p. 15). A deficiência deve ser percebida com entendimento amplo e dinâmico, ou seja, conceituada em sua totalidade de inclusão e não considerada como desvantagem, adoecimento ou qualquer preconceito latente visualizado através do corpo, da debilidade, exposto na sociedade. As lesões configuram-se em corporais, desvios ou traumas, ocasionando vários padrões sociais que restringem as pessoas ditas socialmente como anormais de viverem em sociedade (Diniz, 2007).

Nas consonâncias atribuídas à fala de *Ana*, atribui-se às concepções relacionadas à mulher, articulando-se à deficiência e às construções dualistas, referentes à deficiência. Nas vivências do cotidiano, no desbotamento dos dizeres ressoados por ela, assim ilustramos: “[...] múltiplas vulnerabilidades, as quais são constituídas por duas condições principais: a de ser mulher e de ser uma pessoa com deficiência” (Farias, 2011, p.18).

Diante dessa conjuntura partimos nas visualizações ditadas por *Ana* para configurar tais apontamentos, referentes às generalizações construídas e pautadas nas experiências narradas, uma vez que não existe uma mulher ‘padrão, mas a construção social, a partir da qual ser do gênero feminino, foi vivenciada e narrada. Na fala de *Amélia*, ela discorre sobre essa inquietude de ser mulher- deficiente: “*Olha... [silêncio] pra mim te falar a verdade, eu*

nunca pensei nisso, não! Eu acho que mulher afeta mais... [Longo silêncio]” (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

Nesse relato, percebemos a dualidade entre ser uma mulher com deficiência, em face dos desafios enfrentados, camuflados pela deficiência, nas tentativas de fazer as tarefas de forma impecável e nas entrelinhas de ressaltar o trabalho como fonte de prazer e pertencimento social. Assim, pontuamos:

[...]Então... Pra mim, a deficiência sempre foi um processo natural. Eu e minha família não me visualiza como uma pessoa com deficiência, se as pessoas me aceitam tudo bem, senão eu sigo em frente, vou embora! Olha pra você vê... eu subo essas escadas com tranquilidade e não são poucas ... [risos e silêncio] (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

A interrogativa que investiga a mulher na deficiência, parte das (re)significações da imagem, corpo, raça, gênero, questões familiares e de trabalho, elucidando e concebendo a realidade em suas representações vivenciadas pelo sujeito e a deficiência. A fala apresentada por Amélia, elucida as vivências marcadas pelas suas experiências, narradas por sua força e visibilidade em “dar conta de tudo”, no sentido de superar, intrínseca e extrinsecamente, as concepções apresentadas pelo pertencimento, lutas diárias e o romantismo de fazer e (re)fazer todas as atividades apresentadas a ela.

[...] Assim... Sempre fui muito independente! Quando eu morava com esses meus parentes, eu sempre tive que dar conta de tudo... Até hoje, eu sempre dou...! [Pausa] sou muito ligada à minha família e quando precisam da minha ajuda, estou sempre ali, inclusive financeira. Eu já sofri muito nessa vida! Tento fazer o meu máximo em todas as coisas e sempre fui assim.... [silêncio] Porque, acredito que tudo que tenho nessa terra não são coisas minhas, mas, emprestadas de Deus e Nossa Senhora! Então ... eu luto sempre... Saio de casa cedo e volto tarde e quando chego faço minhas coisas também (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

No entanto, antes do modelo social, partimos do viés da segregação, da inviabilidade, opressão e condições vulneráveis que legitimaram a deficiência e a incapacidade de ser-sujeito – mulher- social:

Apesar da força constrangedora que desde cedo perturba e desgasta o desenvolvimento humano integral da pessoa com deficiência, surpreendentemente, há mulheres que ao vivenciar experiências negativas causadas por duas condições gênero e deficiência, manifesta seu poder interno para romper com as barreiras que encontram no dia a dia, superando-as e superando-se, de forma a enraizarem sobre as mesmas em seu desenvolvimento humano (Farias, 2011, p. 11).

As nomeações atribuídas em torno da deficiência e do gênero devem ser entendidas em relação ao tempo, espaço e corpo, para que a construção social da deficiência possa ser compreendida, a partir de uma narrativa produzida socialmente sobre determinadas variações de significados. Aqui, falar sobre significados atribui-se à linguagem que Ana e Amélia verbalizam sobre a deficiência, em suas vivências, diante do que é dito e não- dito (que ressoa nas entrelinhas) e que sinaliza as marcas e percepções subjetivas e sociais, obtendo desses significados, signos, que dizem respeito aos significados que cada uma utiliza, em torno da deficiência. Assim, observamos nas falas:

[...] Eu sempre lutei...! Essa questão de ser mulher, nunca havia pensado a fundo...! [Pausa] Quando passei no concurso público ainda não tinha as leis de cotas, então foi no sangue mesmo, sabe? Sempre me esforcei, lutei, não foi fácil! Minha família era pobre, aí já tinha eu com deficiência, era outro fator! Meu pai lutava muito... para pagar médicos, remédios e minhas botas. Então ... Depois que cresci, sempre me virei, sempre fui independente (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

Para fazer um paralelo, elucidamos com a seguinte fala:

[...](Pausa) ehh... no meu caso, eu não tenho muito, é...problema não é... porque cada vez eu consigo ser normal, apesar da deficiência! Sempre fui independente! Na infância, adolescência, sempre saí (com saltos altos, inclusive)! É... [Pausa] é... [...] Sempre levei uma vida normal! Na verdade, é na vida adulta que o bicho pega! [Risos] (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Outra fala, que (re)significa a trajetória de se ter uma deficiência e de ser e sentir-se independente, em uma realidade, reconhecendo-se, no enfrentamento das diversidades, assumindo-se consciente sobre si mesma: “[...] Sempre tive a cabeça erguida, sou forte e

corajosa, subo e desço degrau com facilidade, isso nunca foi um empecilho pra mim” (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

As falas de Amélia, apresentadas entre pausas e longos silêncios, nos chamam a atenção, ressoadas pelo que é não-dito, sempre a partir de sua capacidade de superar qualquer barreira que lhe é imposta. Amélia, assim como Ana, sempre ressalta a não-visualização capacitista, pautada pelas facilidades encontradas no ato de não sucumbir aos meios acessíveis da deficiência.

[...] Sempre lidei com isso, como se eu não tivesse esse problema! Muito natural! Levo a minha vida, assim.... Naturalmente! Trabalho... (Pausa), já estudei, fiz faculdade, pós graduação. Se alguém tem preconceito, não deixa transparecer! [...] No meu trabalho é super tranquilo, tem elevador, mas nem precisa! É no primeiro andar, consigo subir facilmente... [...] Na faculdade sempre tinha escada, sempre convivi com isso com naturalidade! Sempre convivi com esse peso nas costas, no caso da faculdade, era carregar a mochila (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

Para que o sujeito se constitua como indivíduo social, é necessário que ele se sinta acolhido no ambiente, no coletivo. Não somos sujeitos individualizados, mas plurais. Caso contrário, incorremos na desigualdade. No entanto, o indivíduo é um ser social e a sociedade é parte do coletivo que possibilita a subjetivação do sujeito de forma saudável, permitindo a individualização, sem que haja uma imposição de comportamentos ou ações consideradas como ‘normais’.

Na modernidade, singularizam as concepções de normalidades, atribuídas pelo corpo e identidades. Esse aspecto é velado pelas mídias sociais e construções culturais, rompendo a dualidade imposta pela dominação masculina, que sinaliza o silenciamento (Bourdieu, 2002). Na ressonância social e gênero, ditadas por mecanismos de identidades das diferenças atribuídas entre homens e mulheres, encena a dupla discriminação, modelando o homem como sendo capaz de exercer ‘melhor’ as tarefas cotidianas. Refletimos: “[...] estereótipos e modelos culturais de apreciação e utilização do corpo físico que servem para moldar, regular, incluir e excluir [...]” (Carvalho, Andrade & Junqueira, 2009, p. 9).

Trazemos uma fala que se articula ao gênero e ao preconceito:

[...] Porque, são coisas muito, é muito... parecidas um exemplo, foi da viagem, tem homens com deficiência que vão viajar direto! Então, ser mulher com deficiência, é

complicado! Exercer cargos maiores e salários já é outra questão! Então, você sempre tem que lutar (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Falar sobre transversalidades de gênero nos indagam a estabelecer as diferenças associadas entre homens e mulheres, nas ordens culturais, sociais, econômicas e no trabalho, configurando tais aspectos em “integração sistemática das situações, prioridades e necessidades das mulheres e dos homens, respectivamente, em todas as políticas e atividades” (López, 2015, p. 2, tradução nossa)⁶. Observa-se a visualização da fala de *Ana*, a seguir, a partir da qual a mulher ainda é vista no formato assistencialista, no campo do trabalho, tendo em vista que os marcadores sociais alienam, escorrem e discorrem sobre a supervalorização masculina:

[...] então, você é... é.. não é promovida não porque não tenha capacidade, mas, por causa da deficiência, o mercado, não, eles não, quer saber. ... Estão ali apenas para cumprir cotas e nada mais... Para eles é um processo simples... e vejo também mais facilidade de contratar homens com deficiência. A gente é.... é.... não vê a gente ... apenas contratam pessoas com deficiência, então... (Ana, 32 anos, maio, 2023).

As concepções de gênero atribuídas entre homens e mulheres, se estabelecem na inter-relação que distancia ambos, atribuindo-os questões de opressão e poder, dando-lhe a voz, como ‘escultor’ de melhores executores de tarefas, dando-lhes a premissa de oposição, visualizando a mulher como minoria (Cruz, 2012).

Podemos refletir sobre o seguinte dizer:

[...] olha! (Pausa) sendo a única mulher com deficiência, a minha recepção no Estado foi assim.... muito natural, é como se isso não existisse em mim (silêncio), como eu te disse: eles não deixam isso transparecer! (Como havia dito anteriormente), mas não é fácil ser mulher com deficiência, digo isso de forma geral! Acho que pesa mais! [Longo silêncio]” (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

A fala de Amélia, soma-se à de Ana: “[...]tudo pesa, né? É... é ... quando você tem que concorrer com um homem que tem deficiência com certeza você vai perder, e ainda, ser

⁶ No original: “la integración sistemática de las situaciones, prioridades y necesidades de mujeres y hombres, respectivamente, en todas las políticas y actividades” (López, 2015, p. 2).

mulher você tem que ser melhor, é o que você tem que fazer com é na maioria dos casos” (Ana, 32 anos, maio, 2023). A releitura da trajetória de Ana corresponde a uma experiência significativa. Ao conviver com o preconceito, Ana (re)significa a deficiência. Em sua atuação, como mulher com deficiência, ela revela atitudes que ressaltam as visões capacitistas, com a negação de cargos de chefia.

Na contemporaneidade, o indivíduo é (re)construído, a partir das referências vivenciadas ao longo da vida, que habitam e reestruturam as contingências culturais, levando a questão da desigualdade, em oposição à da simetria, aos sistemas de significação, aos modos pelos quais as sociedades representam o gênero. Assim, a construção social que se dá nas interações grupais, contribuem para nossa construção subjetiva, pensamentos, sentimentos e comportamentos que nos alienam ou libertam das produções das quais fazemos parte: relações de trabalho, educação, políticas etc. Nossas escolhas são determinadas por nossas relações, não somos sujeitos possuídos pela liberdade, mas alienados por jogos de poder institucionais, culturais e sociais (Bourdieu, 2008).

Na fala de Ana, podemos refletir sobre as contingências culturais e sociais. O fato de ser mulher na sociedade já representa um preconceito e o fato de ser mulher, com deficiência, incorre em outro. Então, nos referimos à dois estigmas que subordinam as experiências aqui narradas:

[...]eu posso te pagar pouco, porque você não vai arrumar outro emprego. Então, porque aquela empresa não vai te contratar, então você não é promovido! Por mais que você pode fazer tudo mais perfeito que seja, mas sempre, de um jeito ou de outro vão te julgar (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Como discorre Garland-Thomson (2002), nas narrativas de dizer sobre as representações masculinas e femininas que camuflam ‘superpoderes’ aos homens, resultando-lhes a uma posição fisicamente superior, atribuindo ao homem, relações que centralizam e ‘santificam’ a masculinidade. Tal visão deve ser rompida, presumindo a inclusão de homens e mulheres em diferentes espaços sociais, levando a qualificação, inclusão e pertencimento social (Braidotti, 2010).

Para tanto, tal discussão se insere nas transformações sociais e equidade de acesso para todos sem distinção de gênero, raça, cor ou qualquer tipo de estereótipos, distribuídos culturalmente. Essa não se insere em uma visão feminista, na forma concreta da leitura. Mas, nas conjunturas que corrompem qualquer preconceito que advém do outro, verbalizando e narrando novas formas de vir a ser no mundo.

[...]rever conceitos historicamente produzidos e universalizados em torno de uma representação de mulher. Tentamos perceber as experiências, as definições vividas por elas individualmente e enquanto grupo; entender também como interpretam suas trajetórias, táticas e suposições, dilemas e alegrias (Bélens, 1998, p. 30).

Nas experiências narradas dialogamos conosco e com o *outro*, que nos molda, (re)inventa construções pessoais, contra(diz) e (re)estrutura, uma vez que somos sujeitos inacabados, diante do que vivemos e iremos (re)viver em nossa vida. “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1980, p. 9), sinalizamos essa frase para que possamos refletir a dicotomia sobre gênero, que traduz um engessamento da linguagem cultural e social que atribui ressignificações regulamentadas e sustentadas por diversos meios sociais, dos quais fazemos parte.

Para tanto, abordamos a dualidade sobre o conceito de gênero, da qual não se atribui às relações sociais de mulheres, uma vez que ‘tornar-se mulher’ representa um fator pautado nas vivências, experimentadas por elas com ou sem deficiência.

As noções de homem e mulher, masculino e feminino são ativamente produzidas em uma determinada cultura, de acordo com o tempo histórico e com outros marcadores como raça e classe, de um modo específico. Tais construções se dão discursivamente na cultura e podem, em função disso, modificar-se ao longo do tempo, agregando, lentamente, novos valores, novos modos de ver, pensar e viver a relação entre homens e mulheres nos contextos sociais (Andrade; Barzotto, 2015, p. 7).

As percepções apresentadas entre homens e mulheres são postuladas frente à cultura e à historicidade do tempo. Tais construções dialogam com as tentativas de suprir uma necessidade de ser ‘bom’, ‘perfeito’ e ‘normal’, nos dizeres populares, atribuindo ao masculino ‘força’, ‘poder’ e ‘dinamismo’ em seus afazeres. A partir dessa interlocução, agregamos novos meios de ‘ver’ o mundo em sua pluralidade, em cada história de vida, seja nas linhas ou entrelinhas ditadas por cada um, a partir da transversalidade que vai se (re)construído ao longo do tempo.

Ilustramos com a seguinte fala:

[...]Eu acho que se eu fosse homem e morasse nessa casa, eu teria que ir pra roça para ajudar ele, ele ia pra fazenda próximo da cidade todos os dias, por ser mulher eu lavava, cozinhava e arrumava a casa e não era fácil como já disse, a casa parecia um hotel, sujava muitas roupas, faziam fornada de biscoitos, matavam dois a três porcos de uma só vez... Meu pai sofria muito para comprar minhas botas, porque estragavam demais, molhavam muito! (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

Na apresentação da fala, podemos elucidar a narrativa que corrói a visão masculina e feminina no trabalho, nas interlocuções e habilidades de se reconstruir, enquanto sujeito, nas habilidades ‘complexas e duras’, que se constroem na vida de Amélia. Em nossas experiências, somos atravessados pela constituição de si mesmo e para com outro, nas transversalidades de nossas fragmentações, angústias, sofrimentos e do (pré) conceito existente.

Nesse sentido, ressaltamos: “de alguma forma, garante que homens e mulheres sejam diferentes, mas essa diferença deve enriquecer o mundo neste momento de mudança e as mulheres devem partir de si mesmas para a reconstrução”. (López, 2015, p. 5, tradução nossa)⁷. A (re)construção de si perpassa por processos pelos quais as experiências são fontes de sua própria verdade. O narra(dor) discorre suas dores, afetos, prazeres e desprazeres, nas (re)construções e (re)significações de (re)viver a sua história. Consideramos que os diálogos aqui apresentados não se constituem como conceitos fixos, mas transversais à cada história e época, em ambiguidades atribuídas em cada narração, a fim de compreender, (re)vivenciar e permitir ações transformadoras, para além da mulher com deficiência.

3.3 ACESSIBILIDADE NO TRABALHO: (RE)SIGNIFICAÇÕES ENTRE A INSERÇÃO E A INCLUSÃO, NA BUSCA PELO RECONHECIMENTO PROFISSIONAL

A inclusão não está livre do mal-estar presente na modernidade, como salientou Freud (1930), pois o homem é possuído pela agressividade e o amor, carecendo de ressignificações. Ressaltamos que nossa relação com o outro é uma construção recheada de percalços, nutrida pelos sofrimentos e angústias. “A prepotência da natureza, a fragilidade de nosso corpo e a insuficiência das normas que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade” (Freud, 1930, p. 43).

⁷ No original: “De algún modo se asegura que hombres y mujeres somos diferentes, pero esa diferencia debe enriquecer el mundo en este momento de cambio y la mujer debe partir de sí misma para la re-construcción” (López, 2015, p. 5).

Nessas construções sociais somos marcados pelas experiências que se constroem, principalmente, na coletividade. O outro, não é somente nomeado por pessoas, mas também pelos espaços sociais, com diferentes finalidades, como a educacional, laboral ou de lazer. Em função disso, o outro é fundamental para a nossa própria percepção sobre gostos e personalidade, demarcando a identidade dos sujeitos. Em geral, o ambiente de trabalho marca, para as pessoas com deficiência, um espaço de possibilidades, mas que, com frequência, não oferece um espaço acessível, impactando sua qualidade de vida (Carvalho-Freitas, 2007).

Em geral, a deficiência marca a limitação ao trabalho, sobretudo, em relação às adaptações necessárias. “Este fator é uma justificativa comum para a não inserção no trabalho dessas pessoas ou para a sua segregação em setores específicos da empresa” (Carvalho-Freitas, 2007, p. 26-27). Carvalho-Freitas (2007, p. 77) entende a acessibilidade como “[...] a facilitação do acesso das pessoas com deficiência às instalações, promovendo-lhes a maior autonomia possível”. Essa ‘facilitação’ do acesso envolve diferentes esferas, com a avaliação dos atuais recursos e indicações de melhoria e a realização de adaptações físicas como rampas, elevadores ou espaços que se ajustem à altura, por exemplo.

O uso de tecnologias assistivas, como as cadeiras de rodas motorizadas e teclados adaptados, também constituem uma forma de promoção da acessibilidade. É importante salientar que não basta a construção de rampas, por exemplo, para que uma empresa ou qualquer outra entidade se caracterize como acessível. É preciso inculcar em todos os colaboradores uma conscientização sobre as necessidades e habilidades das pessoas com deficiência, com a criação de políticas inclusivas, apoio personalizado e participação ativa dos funcionários com alguma deficiência em todo esse processo.

Para Amélia, o estudo e o trabalho sempre tiveram muito significado em sua vida e em suas relações sociais. A aposentadoria, para ela, representa uma inquietude, um ‘vazio’. A visão significativa do trabalho em relação a ela, exprimindo, ao contrário, o investimento e preenchimento, referentes à sensação de pertencimento no trabalho:

[...] Eu sempre lutei muito! Minha mãe sempre me ensinou a lutar...! (Pausa) Estudar, trabalhar sempre foi meu foco! Mesmo sem acessibilidade, mesmo sem uma inclusão realmente de fato. (Pausa). Como eu já te disse: Minha vida sempre foi muito corrida... Nem tive e tenho tempo pra perceber certas situações.... Mas, o trabalho é minha vida, sinto muito cansada, porém nem sei como vou fazer depois que eu aposentar! Trabalho pra mim, me preenche! (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

As relações são constituídas por questões contraditórias como a alienação e as relações de poder, situações organizadas *versus* desorganizadas, estabelecidas através do funcionamento social e permeadas por identidades e experiências, movidas pelas modificações sociais e pela fluidez cotidiana. O trabalho representa dignidade, identidade e pertencimento, das quais somos marcados por nossas experiências que nos levam a satisfação ou insatisfação na construção afetiva e (re)significação (Carvalho-Freitas & Marques, 2011).

Na visão de *Ana*:

Aqui, estou aqui (pausa) por cotas! Não sei se não fosse elas onde eu estaria... (silêncio). Também eles podem fazer o que querem, porque acham que pertencemos aqui, que não temos outro lugar para trabalhar. Acho até então que, que, que os cargos de chefia não chegam até nós. Até mesmo pela questão de pertencer a esse lugar ou de ser acessível até certo ponto! (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Em sua fala, Ana expressa sua insatisfação em relação à desvalorização percebida por alguns colegas de trabalho. Ela parece indicar como percebe as assimetrias, demarcadas pela limitação do acesso à determinados cargos, os de chefia, demarcados *per se*, pela deficiência. Carvalho-Freitas (2007) verificou o ponto de vista de pessoas com deficiência, em relação aos próprios processos de inclusão ou exclusão no mercado de trabalho, tendo em vista os valores organizacionais. A empresa pesquisada é considerada uma referência em inclusão e, além de 15 trabalhadores com deficiência, gestores da empresa e demais colegas de trabalho foram ouvidos em entrevistas.

Os resultados levantados por Carvalho-Freitas (2007) evidenciam a importância da inclusão como um projeto organizacional compartilhado, que pressupõe a existência de estratégias e políticas para tornar, de fato, a legislação uma realidade. A sensação de pertença gerada nas pessoas com deficiência no ambiente empresarial, direciona novas possibilidades para se pensar questões identitárias, já que a inclusão é tida como uma questão de prestígio, o que poderia, em tese, melhorar a forma como as pessoas com deficiência são vistas na sociedade, diminuindo os estigmas sociais aos quais elas são sujeitas e subjugadas.

Para Ávila-Vitor & Carvalho-Freitas (2012), a forma como os gestores entendem a deficiência tem pautado as ações organizacionais. Há diferentes concepções sobre a deficiência, desde o reconhecimento dos ganhos, para as empresas, com a inserção de pessoas com deficiência. Em outros casos, os gestores entendem como precária essa inserção,

considerando que as pessoas com deficiência são dotadas de limitações decorrentes, inclusive, da vontade divina. Assim, a forma como os gestores entendem, pessoalmente, a inclusão ou a exclusão, afeta diretamente a forma como esse processo ocorre para os funcionários, indo além das diretrizes governamentais ou dispositivos da organização.

Outro fato que determina as relações entre os indivíduos são as nomenclaturas que expressam a ‘normalidade’, construídas a partir de noções como: beleza, sutilidades e perfeição, em todos os setores da vida, cuja deficiência esbarra nas estranhezas desse ideal cultural e social. A construção e ressignificação da deficiência, muitas vezes, é vista nas incapacidades e dificuldades apresentadas pela visão do outro os lugares aos quais essas pessoas pertencem ou podem vir a pertencer (Bauman, 1998).

O discurso da ciência como responsável pela ampliação dos processos de segregação, que sinaliza o pertencimento das pessoas com deficiência na sociedade, inclusive nas escolas de ensino regular. Outro viés é a estranheza diante da deficiência, remetendo ao “narcisismo da pequena diferença” (Freud, 1980, p. 184), a partir do qual instaura-se a questão da anormalidade.

Para Carvalho-Freitas e Marques (2011), os recrutadores em formação “tendem a construir explicações para justificar a diferença das PcDs” (Carvalho-Freitas; Marques, 2011, p. 122) e essas explicações estão relacionadas às formas como a deficiência é qualificada e avaliada, em face do trabalho a ser desenvolvido. Além disso, essa linha de pensamento também mantém relação com as expectativas gerenciais de desempenho, em face do entendimento geral acerca do que determinada deficiência representa, em termos históricos, sobressaindo-se ao puro cumprimento das legislações vigentes, mas estabelecendo relações específicas de empresa para empresa.

Há dois elementos básicos envolvidos na inserção de pessoas com deficiência nas empresas: a forma como os gerentes entendem a deficiência e as ações realizadas pelas empresas para que as condições de trabalho sejam adequadas às necessidades das pessoas com deficiência. Carvalho-Freitas & Marques (2011) indicaram uma coexistência entre diferentes entendimentos acerca da deficiência, bem como, uma priorização acerca da adequação das condições ambientais do trabalho, em detrimento da sensibilização e práticas, promovidas pelo RH das empresas, em prol de atitudes inclusivas. Ainda há um longo caminho com dificuldades a serem superadas, mesmo para as empresas que se dizem socialmente responsáveis, já que ainda há muitas concepções de deficiência a serem entendidas e até superadas no mercado de trabalho.

Ana, ressalta seu entendimento sobre a inclusão e a sensação de pertencimento, quando reflete sobre como é percebida em seu ambiente de trabalho:

[...] Lá na empresa me ajuda quando não consigo subir um degrau! Todos respeitam! (Pausa), qualquer dúvida que eles têm me perguntam...(pausa). O problema é quando a questão vem de superiores, aí a coisa muda... Não respeitam como deveria, se algo acontece não é por você mas... sim, por causa da deficiência. Sinto que as pessoas sem deficiência são tratadas diferentes de nós que tem uma “dificuldade”. Mas... eu vou lutando, às vezes sou até sem educação, xingo, porque acredito na minha capacidade! (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Nos dizeres de Ana a inclusão ainda não é percebida em seu ambiente de trabalho. A participante percebe que suas potencialidades não são ressaltadas, algo que impacta o pertencimento social. A falta de acessibilidade é apresentada por Ana quando cita a questão do degrau, necessidade auxiliada por seus colegas. A falta de acessibilidade é um fator importante na adequação da organização para equidade de acesso. Outra questão apresentada por Ana aparece nas questões relacionadas à chefia, que causam um mal-estar referente à condução do trabalho, gerando desvantagem em relação às pessoas sem deficiência.

A acessibilidade deve promover espaços de pertencimento para todos, inclusive no trabalho, pois influenciará na satisfação, em relação às atividades desenvolvidas, nas interações sociais e psicossociais, como os sentimentos de segurança, autonomia e independência. A ausência da acessibilidade “ultrapassa a questão das barreiras físicas, implicando impactos atitudinais que reforçam o preconceito, o estigma e a exclusão social dessas pessoas” (Lima, 2012, p. 68).

Salientamos que a deficiência não se ocupa de uma questão individual, mas engloba a esfera social, tendo em vista o reconhecimento dos indivíduos e suas necessidades de adaptação. Por esse motivo, o pertencimento educacional, organizacional e social, são tão importantes para a promoção da igualdade.

Ponderamos uma fala de Amélia:

Eu trabalho graças a Deus, sempre trabalhei em serviço público. Nos primeiros dez anos de trabalho, comecei com 17 anos, eu trabalhei na prefeitura. Depois fiz concurso do Estado, eu passei, graças a Deus. Estou trabalhando até hoje... quanto a acessibilidade, lá nem precisa pra te falar a verdade, porque eu trabalho no primeiro

andar, mas tem elevador, isso me traz mais segurança, às vezes (pausa) (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

As adaptações no ambiente de trabalho são de suma relevância nas organizações, uma vez que, estamos considerando adaptações, segurança no trabalho de ações de promoção do desempenho, satisfação, adaptação e independência. Caso contrário, estamos construindo barreiras que podem comprometer o desempenho no trabalho e a socialização (Carvalho-Freitas et al., 2010).

Amélia ressalta como sempre tentou se adaptar aos ambientes com os quais precisa lidar, como em sua casa e trabalho. Vemos a seguir que até questões relativas ao local no qual Amélia poderia estacionar, melhorando sua acessibilidade no trabalho, precisou ser conquistado com uma intensa briga:

[...] Eu sempre me adaptei às escadas... Eita! aqui em casa você está vendo, como é, né? Subo e desço, rapidinho...! isso não é empecilho pra mim...! No trabalho sempre foi a mesma coisa, sempre me adaptei! Mas, olha! No trabalho passei por uma situação chata, quanto a acessibilidade, referente ao estacionamento do meu carro, foi um custo porque eles não queriam deixar eu “guardar” meu carro lá, mas eu lutei, xinguei e até briguei (risada), mas... uai era longe o estacionamento, mas no final deu certo, consegui! É uma questão de pertencer e lutar! (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

O relato de Amélia pode ser analisado sob o ponto de Carvalho-Freitas & Santos (2023), que investigaram como as pessoas com deficiência física veem a si próprias e entendem a realidade em sua volta, tendo em vista as concepções da sociedade acerca de sua identidade. É fundamental, para que se evitem os estereótipos e crenças de si como alguém em *déficit*, o desenvolvimento de comportamento autônomo e independente, bem como, a recepção de um tratamento igualitário em diferentes instâncias sociais. Chamamos a atenção para a necessidade de um reconhecimento identitário para além da deficiência, como uma contraposição ao capacitismo. Tais formas de entender-se, em meio ao social, moldam as relações estabelecidas durante a vida e atuam na promoção da subjetividade e identidade da pessoa com deficiência, que, em geral, é alvo de estigmas e preconceitos.

A falta de acessibilidade é uma questão que deve ser trabalhada, discutida e adequada nas organizações e espaços sociais. Ela representa um fator importante para a inclusão,

favorecendo a independência das pessoas com deficiência e provocando sentimentos ambíguos nos meios de comunicação, interseções, acessibilidade e pertencimento.

Destacamos uma fala de *Ana*:

[...] olha... (Pausa) A acessibilidade sempre foi uma questão um pouco, pouco, pouco complicada pra mim. Tipo.. Se eu quiser ir de a pé para o trabalho tenho que sair 30 minutos para chegar no ponto, porque as ruas não são acessíveis, então é assim (pausa). [...]. No trabalho também é outra questão, por mais que tenha um carro para me locomover dentro da empresa, ainda falta acessibilidade (Ana, 32 anos, maio, 2023).

A inclusão pode ser viabilizada por adaptações realizadas pelas organizações, permitindo o bom desempenho no trabalho, na adequação, modificação e acesso os instrumentos laborais e em seus espaços, no reconhecimento das potencialidades em seus fatores internos e externos para a inclusão, na garantia de acessibilidade ao local de trabalho e adequação de equipamentos. Além disso, as empresas podem promover adaptações nos procedimentos de trabalho como: mesas, cadeiras, implementação de treinamentos, ferramentas e equipamentos que facilitem o desempenho profissional e locomoção das pessoas com deficiência (Sasaki, 2006).

Salientamos que ambas as participantes já passaram por dificuldades de locomoção no ambiente de trabalho, enfrentando barreiras de acessibilidade. Consideramos que, o trabalho é uma construção subjetiva e social, uma autoconstrução, formando indivíduos, grupos e sociedade. As construções sociais são possibilitadas por meio de acesso e condução de melhorias no trabalho para então, promover transformações que potencializam a inclusão e a equidade. O trabalho assegura a sobrevivência individual, cultural e social e, como tal, deve ser um direito garantido a todos os cidadãos (Clot, 2007).

Considerando as questões trazidas sobre a acessibilidade por Ana e Amélia, elucidamos que o trabalho é um elemento integrador da sociedade. Ao permitir a intensificação de laços sociais, sendo constituinte no indivíduo na construção de si mesmo para com o mundo, é possibilitada a igualdade, fazendo-se necessárias novas formas de comunicação, abrindo-se para ouvir as queixas e as demandas apresentadas. Desta forma, é possível desmistificar os preconceitos diante da deficiência e promover acessibilidade para a promoção da independência dos indivíduos no desempenho de suas atividades.

Ana, ressalta:

[...] Se não fosse por cotas nem sei se estaria na empresa, tudo foi indicação, por mais que eu acredito, acredito (pausa) na minha capacidade sei que são por cotas, tipo ... (silêncio) a questões de viagens para cursos e as filiais da empresa também passa pela questão da acessibilidade, por mais que eu falo que consigo, dou conta de viajar sozinha, eles não acreditam...[...] (Ana, 32 anos, maio, 2023).

No trabalho de Nascimento, Damasceno e Assis (2011), questões sobre a percepção da empregabilidade das pessoas com deficiência são direcionadas às pessoas com deficiência e gestores de empresas na cidade situada na região metropolitana de Belo Horizonte. Ao estabelecerem uma relação entre a Lei de Cotas e a inclusão das pessoas com deficiência, os autores apontam que os dispositivos da lei ainda são pouco conhecidos, o que favorece a aplicação ineficaz.

Além disso, dentre os gestores da cidade que conhecem a lei, impera a rejeição, uma vez que a política ainda é regida por impedimentos econômicos e, principalmente, o preconceito acerca das potencialidades das pessoas com deficiência. As empresas que contam com mais de 100 funcionários entendem a necessidade do cumprimento da Lei, mas não a cumprem sistematicamente. Enquanto isso, as empresas com menos de 100 funcionários realizam essa inclusão de forma ainda tímida. Há uma preferência pela contratação de funcionários com comorbidades físicas, em face de outras deficiências. Contudo, tais funcionários acabam ocupando cargos em nível operacional, com poucas possibilidades de ascensão profissional.

O despreparo, a falta de comunicação e de acessibilidade são obstáculos para a inclusão no trabalho. É preciso que as organizações diminuam as dificuldades na acessibilidade, constituindo o reconhecimento de necessidades e capacidades, fatores importantes para a subjetividade humana. Coelho (2009) ressalta que o número de pessoas com deficiência inseridas no trabalho aumentou, mas as organizações não reconhecem as dificuldades de acessibilidade, bem como, a forma como as pessoas com deficiência vivenciam o cotidiano do trabalho.

A polissemia presente nas palavras ‘trabalho’ e ‘acessibilidade’, vêm acompanhadas de diversas ressignificações. Por isso, torna-se de suma importância dialogar com as demandas e as dificuldades apresentadas no trabalho. Para Amélia, não houve um diálogo construtivo entre os elementos: ‘trabalho’, ‘dificuldades’ e ‘acessibilidade no trabalho’. Conforme apontado, ela precisou, até mesmo ‘brigar’ (palavra atribuída por ela, para enfatizar

como foi difícil), para alcançar certa acessibilidade no trabalho. Por sua vez, Ana sintetiza dois estereótipos: o fato de não viajar e as dificuldades ao se deslocar na empresa onde trabalha. Consideramos que a transformação deve promover a liberdade humana e o acesso efetivo.

Na visão de Carvalho-Freitas et al. (2010, p. 43):

Possuir uma deficiência não torna as pessoas mais ou menos comprometidas com o trabalho, nem mais ou menos satisfeitas com as condições de trabalho existentes. Elas se mostram tão mais comprometidas e satisfeitas com o trabalho quanto mais percebem condições adequadas de trabalho, garantias de direitos, possibilidades de crescimento profissional e bom relacionamento nas organizações.

Dialogamos com essa visão, considerando que a acessibilidade também representa um fator que favorece o comprometimento com o trabalho. Possibilitar o acesso é também permitir a autonomia para a execução das tarefas diárias, locomoção e pertencimento:

[...] as empresas têm priorizado as modificações que visam à acessibilidade – realizadas mais rapidamente e que dão maior visibilidade, ao passo que a definição de políticas internas, o estabelecimento de procedimentos, o aumento da consciência dos gestores e as discussões mais amplas das formas de ver as possibilidades de trabalho das pessoas com deficiência têm sido postergados, sendo implementados sempre que surge uma necessidade, isto é, em caráter reativo (Carvalho-Freitas & Marques, 2010, p. 498).

As vivências atribuídas ao trabalho são construídas a partir de sentimentos, emoções e comportamentos compartilhados, influenciando na forma como essa trajetória é internalizada por esses indivíduos, permitindo o prazer ou o desprazer no trabalho. A acessibilidade encontra-se muito além do acesso, representando a efetivação de práticas que promovam o acontecimento das ações e voz dessas pessoas. É preciso que a inclusão ocorra para além das cotas, uma vez que Ana e Amélia estão presentes nas empresas onde trabalham, com “corpo, alma e coração” e não apenas visando o atendimento das legislações vigentes.

A deficiência resulta “[...] da articulação entre a condição biológica e as contingências históricas, sociais e espaciais, o qual poderá significar uma maior ou menor possibilidade de inserção ou discriminação das pessoas com deficiência” (Carvalho-Freitas, 2007, p. 24). A

igualdade de oportunidades, remete à inclusão, representando o acesso pleno no trabalho. Assim, não basta somente inserir, contribuindo com uma falsa inclusão, mas sim, produzir esforços para a promoção de mudanças efetivas, capazes de reduzir as diferenças, produzir acesso, participação social na formação social, educação, formação de políticas de recursos humanos inclusivas e locais de trabalho acessíveis para que, possam demonstrar todo o seu potencial e não sejam admitidas somente por cotas, mas por sua capacidade integral.

A passagem a seguir reforça o entendimento de Ana sobre a forma como é percebida em seu ambiente de trabalho:

[...] Às vezes é difícil, porque se eu não tivesse lá nem sei onde estaria... Eles acham que pode pagar pouco, também que “somos um problema”! Acessibilidade, leis de cotas... porque, porque quando eu fui contratada é porque (pausa), se a empresa não me contratasse ia ter que pagar multa (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Ribeiro & Carneiro (2009) evidenciam a insatisfação dos empresários, em relação ao cumprimento da Lei de Cotas, indicando baixa adesão à política pelas empresas que, em tese, estariam sujeitas a esse cumprimento, gerando autuações pelo Ministério Público de Belo Horizonte. Com base nessas autuações e nas defesas oferecidas pelas empresas, em devolutiva ao descumprimento, os autores determinaram alguns elementos caracterizam um perfil, comumente contratado pelas empresas cumpridoras da Lei, que acaba reproduzindo um cenário de exclusão de algumas deficiências no ato da contratação. Em geral, as empresas buscam por pessoas cuja inserção não requer adaptações em seu ambiente, ou signifique a queda na produtividade em setores produtivos.

A preferência na contratação é, com frequência, atribuída a deficientes físicos, mas que não necessitem de cadeira de rodas para sua locomoção. Além disso, os postos de trabalho destinados às pessoas com deficiência são pouco valorizados, atribuindo, em geral, até dois salários mínimos como pagamento. Ribeiro & Carneiro (2009) ressaltam a importância do aumento da fiscalização, aplicação de multas pelo descumprimento e modificações na lei, que não considera essa predileção por certas deficiências em detrimento de outras, o que fomenta a seletividade e discriminação de cegos, surdos, pessoas com doenças mentais ou mesmo cadeirantes.

O trabalho exerce uma função na vida das pessoas, demarcando seu lugar na sociedade, contribuindo para a construção de vínculos afetivos, sociais, econômicos e também

para a constituição individual, emocional, pertencimento, comunicação, socialização, experiência na apropriação e articulação da subjetividade:

A liberdade não se dá- dizem- ela se conquista. O mesmo acontece com relação à organização do trabalho. É provável que não exista solução ideal e que, aqui, como em tudo mais, seja sobretudo a evolução portadora de esperança. Considerando o lugar dedicado ao trabalho na existência, a questão é saber que tipo de homens a sociedade fabrica através da organização do trabalho. Entretanto, não é absolutamente necessário criar novos homens, mas encontrar soluções que permitam pôr fim à desestruturação de um certo número deles pelo trabalho (Dejours, 1992, p. 139).

A deficiência é vivenciada de forma única, marcada por limitações e possibilidades. Por esse motivo, as empresas necessitam situar sua disponibilidade para trocas sociais, construção de um sentimento de pertencimento, estímulos para o aperfeiçoamento de seus funcionários, independência em suas vivências e liberdade na busca pela emancipação. O trabalho não pode ser visualizado apenas a partir de questões culturais, econômicas, sociais e políticas. Ele também se relaciona à construção da subjetividade. Portanto, as atividades laborais devem auxiliar os sujeitos na busca por sua transformação social, negando o preconceito e criando aportes para que todos os funcionários se beneficiem da diversidade.

3.4 ACESSIBILIDADE ESCOLAR: CONSTRUÇÕES E PERCALÇOS NAS VIVÊNCIAS DA DEFICIÊNCIA

No cotidiano escolar encontramos percalços na estrutura física, que impedem o acesso. Diante desses desafios, reconhecemos que a garantia de acessibilidade, assim como a inclusão, deve se pautar na construção de aportes direcionados ao pertencimento no ambiente escolar, direito à singularidade de cada indivíduo e respeito à liberdade e às diferenças. A acessibilidade e a inclusão não devem ser consideradas apenas como uma melhora no conjunto de procedimentos, mas como a afirmação das leis, nas políticas acessíveis e de transformação educacional e inclusiva.

Incluir é permitir que todos estejam juntos. Ana ressalta a importância da acessibilidade para a autonomia, ao narrar seu acesso à biblioteca da escola onde realizou o Ensino Fundamental e Médio:

[...] Nas aulas de biblioteca era sempre assim... Os meninos levavam um livro pra mim, tinha dia que cada criança levava um livro. Mas, eu não me sentia bem por isso! Porque para ir até a biblioteca tinha escada, o pessoal tinha medo que eu pudesse cair. Os meninos sempre me ajudavam! Mas nessa questão, não, não gostava! (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Ana trata do acesso aos livros, imprescindível para a formação acadêmica de qualquer indivíduo. Essa acessibilidade não se encontrava presente. Em vista disso, percebe-se a exclusão, por meio de uma sensação de não pertencimento, uma vez que havia ambientes negados a ela, devido a sua grande dependência de terceiros para ocupar esses espaços. Ações, princípios e leis argumentam a base da educação para todos, respaldando a igualdade e a diversidade, considerando a equidade de acesso do ensino básico ao ensino superior (Poker, Valentim & Garla, 2018). O aumento do número de matrículas, ocasionado por políticas de inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular, refere-se somente ao acesso das pessoas com deficiência no espaço educacional (Lockmann, Machado & Freitas, 2017).

[...] Na minha época as escolas do Ensino Fundamental e Médio que estudei tinham muitas escadas, então tinha que me adaptar de alguma forma, mas hoje vejo que realmente não tinha a inclusão, não entendia direito a questão de bullying, lá eu brincava, estudava, andava, subia e descia os degraus com muito esforço, na verdade nunca me vi na deficiência, mas hoje entendo que as escolas têm que promover adaptações necessárias (Ana, 32 anos, maio, 2023).

[...] na questão da escola foi um processo árduo! Comecei estudando na roça tinha que andar muito, depois mudei para cidade para estudar e trabalhar. Enfim... acessibilidade na minha época jamais existiu... as pessoas nem ligavam para minhas dificuldades, então subia, descia altas escadas com bolsas pesadas, ou seja ou era isso ou isso mesmo (risada). Com o tempo fui me possibilitando novas descobertas, novos caminhos diante da não acessibilidade. Na escola, na faculdade, na vida sempre dei um jeito de me adaptar (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

Como ilustram essas passagens de Ana e Amélia, mesmo que o indivíduo tome uma atitude positiva, buscando não se abater, diante do rótulo imposto pela deficiência, a negação dos espaços, o próprio *bullying*, citado por Ana, a sensação de ter que se esforçar para muito

além daquilo que é cobrado aos demais, são aspectos perceptíveis. Parece-nos que o ato de ‘conformação’ à sociedade como um dado é uma violência sofrida, sem marcas ou comprovações aparentes, já que são implícitas. Ana retrata muito bem esse fato, indicando que desconhecia as políticas de acessibilidade e hoje entende que as escolas não lhe ofereceram os recursos adequados. Entendemos que essa consciência crítica é crucial para uma mudança significativa em nossa sociedade.

Consideramos que a política educacional precisa reformular suas condições de inclusão e diversidade para a permanência e pertencimento na escola, a fim de assegurar e permitir a interação social. Assim, é possível o desenvolvimento da autonomia e independência. Para que isso aconteça é preciso que haja satisfação, relacionada ao ambiente e grupo, no reconhecimento das potencialidades, perante as atividades realizadas (Lobato, 2009). O ensino é considerado nas relações entre os indivíduos e a sociedade, tendo em vista a interação na coletividade, a busca pelo reconhecimento, o acesso às informações e adaptações necessárias à determinada execução de tarefas para que a pessoa se sinta confortável e independente, podendo se aprimorar cada vez mais.

Falar do indivíduo moderno, nos enlaça a dizer das fragilidades e da afirmação revelada pela normalidade. Não podemos rotular a crença da normalidade, mas permitir a diferença. Normalizar é permitir falhas no processo educacional. Em nossa sociedade a informação, o dinheiro e as ideias contemplam até mesmo a plenitude dos espaços ambientais. Permitir o acesso é também construir novas possibilidades. Contudo, nem todos os ambientes são inclusivos, de fato, levando a competitividade, a falha da acessibilidade. Estamos inscritos em uma sociedade histórica, cultural, social e que nada nos leva ao caminho contrário (Freire, 1996).

A dificuldade em lidar com a realidade da deficiência acarretou a discriminação e o afastamento das pessoas com deficiência, reduzindo essas pessoas ao não pertencimento, em função de lugares não acessíveis. Na sociedade moderna, as deficiências trazem dicotomias entre o pertencimento e a acessibilidade nos setores públicos, inclusive na esfera educacional.

Ressaltamos esse aspecto com a fala de Amélia:

[...] Seja na escola ou no trabalho sempre enfrentamos desafios... por isso, xingo mesmo e luto. Pertencer, acesso é direito, igual a situação do meu carro, na escola também, na faculdade era um sacrifício. Subir, descer, era assim.. escadas mais escadas. No ensino primário foi uma luta, mas acho que devemos pertencer a todos os

lugares...! eu nem ligo, vou mesmo. Subo e desço degrau...! (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

O modelo educacional e a exigência da inclusão escolar, revela diversas contradições para que a inclusão seja estabelecida. Reconhecemos leis e diretrizes que resguardam tais direitos, mas ainda há uma resistência à inclusão, como ilustra a fala de Ana e Amélia que indicam circunstâncias de segregação, cujas escolas somente abrem portas, mas há uma desordem e desigualdade de voz e pertencimento escolar.

[...] Olha, na minha época estudar já era difícil, imagina para uma pessoa com deficiência? Então era complicado! Não existia nada de leis para ajudar...! Era na luta mesmo... Lembro que, no ensino básico, tinha que andar muito e ainda trabalhar depois das aulas, enfim... Mesmo na minha independência, às vezes, observava algumas diferenças, mas eu tinha que ir na luta, era eu adaptar mesmo, fazer acontecer, ninguém ligava não... Eu estava ali e pronto, ninguém observava se tinha alguma dificuldade para subir ou descer degraus. Ah, a vida não foi nem um pouco fácil (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

[...] No ensino fundamental foi mais fácil pra mim... As crianças são mais acessíveis que adolescentes. Tanto no ensino fundamental, quanto no médio, a questão de acessibilidade, acessibilidade (pausa) foi complicada! Por quê? Porque ninguém estava preocupado se eu dava, dava, dava conta não! Teve vez da sala ser no segundo andar e eu ter que subir um monte de escada. Afinal, afinal estão pouco se “lixando” pra gente. (Silêncio). Não perguntavam quais eram as minhas dificuldades de locomoção (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Aqui, observamos o não pertencimento no ambiente escolar, uma resistência à inclusão, já que Ana e Amélia parecem perceber apenas a inserção e não a legítima inclusão. A participação, por elas apresentada, configura uma desordem nas estratégias e soluções. Observa-se que a equipe escolar não apresenta práticas de inclusão, realizando somente a integração. Considerando a visão da deficiência e da acessibilidade, enfocamos Freud (1980) para reafirmar as visões de Amélia e Ana, que consideram a deficiência, por um viés de estranhamento (*unheimlich*), como uma dimensão distante e próxima na atualidade. A deficiência é real, mas difícil lidar com o estranhamento que ela apresenta. Considerando o

âmbito educacional, encontra-se a discriminação e a dificuldade em lidar com as diferenças, levando ao afastamento com o outro. Nessa configuração, o aluno deve se adaptar, caso contrário, será excluído.

Para que a pessoa com deficiência construa experiências afetivas e de independência nos espaços sociais acessíveis é necessário que ela se sinta acolhida, pertencente aos espaços que habita, considerando cada dificuldade e potencialidade. A consideração das subjetividades individuais fomenta na pessoa com deficiência as condições para sua inserção nesses espaços, trazendo acolhimento e sentimento de pertencimento (Duarte & Cohen, 2004). O pertencimento social favorece a construção de possibilidades, condições sociais e liberdade para construção da trajetória educacional à profissional, proporcionando aprendizados, construindo possibilidades, quebrando barreiras, encorajamento. Portanto, as instituições devem se mobilizar, formulando novas políticas e meios para a participação.

Nossa formação ocorre de forma coletiva. Somos compostos de vivências grupais, que nos moldam a partir de nossas experiências. Falar sobre acessibilidade, é tencionar possibilidades, mobilidades, comunicações, interações e participações. Acessibilidade também representa pertencimento e pertença, permitindo “[...] o sentimento de integrar um grupo, o identificar-se com os acontecimentos e vicissitudes desse grupo” (Rivière, 2000, p. 210). Ao falar de espaços grupais e acessibilidade, estamos considerando o estabelecimento de vínculos de pertença, fazer parte da coletividade, permitindo o diálogo, a formação da construção enquanto indivíduo autônomo, frente a autonomia, acesso e a identidade.

[...] Pois bem... como te disse eu nunca pensei em acessibilidade, preconceito sempre me adaptei bem... Na escola, no ensino primário era uma luta, mas afinal eu tinha que me adaptar ou ficar sem ir. Na faculdade tinha vez que minha sala ficava no último andar, não tinha elevador, subia aquela escada toda. Era uma luta, mas se tivesse ficaria mais fácil. Nem sempre as pessoas ajudavam, muitas vezes carreguei minha mochila sozinha, era pesada, mas eu ia assim mesmo... Afinal, eu precisei estudar, me tornar alguém. Então tinha “grupinhos” que não estavam nem aí pra mim, mas fazer o quê? (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

A educação visa a formação integral do indivíduo na sociedade em todos os ciclos da vida. É preciso entender que cada pessoa é singular, uma vez que a educação diz respeito a considerar que as pessoas se diferenciam em suas habilidades e produções de conhecimento, tendo em vista as (trans)formações sociais, a partir das quais a educação tem um papel

fundamental na criação e mudanças individuais, afetivas, educacionais e sociais. A inclusão entraria em contradição com a padronização e a homogeneização. “A Educação Inclusiva deve ser, então, uma prática que faça parte da cultura do estabelecimento de ensino, devendo estar presente nas atitudes de cada segmento que participa do sistema educacional” (Verdu; Fernandes & Rodrigues, 2002, p. 2).

A inclusão parte da heterogeneidade, na participação ativa das pessoas. A inclusão escolar se refere a toda comunidade escolar para que, de fato, aconteça a inclusão. Esse viés é proposto nos primeiros anos escolares e continua até a universidade, visando a promoção e a equidade. Para tanto, a inclusão representa a garantia de diversidade e respeitando as diferenças. Somos marcados por nossas experiências, dificuldades, potencialidades, considerando que cada pessoa tem uma forma de ser e estar no mundo.

Salientamos três categorias relativas ao pertencimento educacional, inclusive no ensino superior: o acesso, a permanência e a oportunidade. O *acesso* contribui para o pertencimento das pessoas com deficiência na sociedade. A permanência ressalta a acessibilidade, para que o aluno permaneça até a conclusão do curso, engajando-se nas atividades propostas, alcançando o ambiente da universidade. A *oportunidade* de acesso ao trabalho na área estudada ressalta que nem sempre as pessoas com deficiência exercem atividades relativas à sua formação (Souza, Sebastiany & Sanfelice, 2022).

A acessibilidade de alunos com deficiência no ensino superior, apresenta ainda, uma defasagem nas especificações legais, se comparadas aos outros níveis de ensino da educação básica.

Nas considerações de Amélia:

[...] Pois bem, no tempo da faculdade era complicado...aaah, sei não! Tinha três colegas que me ajudavam mais, mas era complicado.. como já te disse, tinha que andar muitoooo... subir escadas... Não tinha acessibilidade, o acesso era precário, Desistir nunca foi meu “forte”, mas tinha vezes que dava vontade de desistir, por falta dos recursos necessários dentro da instituição (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

Fatores sociais, históricos e culturais podem influenciar a chegada e também a permanência desses alunos na universidade. Valores e atitudes nos levam a considerar a inconsistência da acessibilidade no espaço escolar à universidade. As narrativas daqueles que cursam esse nível de ensino, escancaram a inclusão ou exclusão nos espaços sociais, considerando que todo o sistema educacional deve proporcionar espaços estruturados com

mediações necessárias para a inclusão social da pessoa com deficiência, assim como, de todo e qualquer sujeito.

Necessitamos que nossas ações sejam plausíveis, para que possamos construir novas maneiras de visualizar o outro e o espaço social, construindo pontes e não barreiras. Os seres humanos têm suas particularidades e desejos. Cada um apresenta a sua forma de preencher a existência. Contudo, é preciso construir harmonia nos grupos sociais dos quais fazemos parte. A educação deve ser orientada para além do ato de ensinar, enfocando a socialização dos indivíduos, preparando-os para ocuparem o seu lugar no mundo (Durkheim, 2012).

A inclusão não é uma aparente igualdade, mas assegura oportunidades físicas, arquitetônicas e de acesso, desde a locomoção, à comunicação para que as estratégias de ensino e aprendizagem sejam efetivas.

Na narrativa de cada sujeito, o outro será retratado, ressignificado e reelaborado, porque toda relação o afeta e o constitui. Toda manifestação o situa historicamente, revelando e ocultando as condições e circunstâncias que o rodeiam. Já o silenciamento do outro equivale à morte, à redução ao estágio de animalidade. Assegurar o exercício da condição humana corresponde à posse dos signos e códigos, ocupando os espaços que propiciem interação e participação, apropriação do conhecimento, identificando as controvérsias, tomando decisões, comunicando ideias, valores, necessidades e perspectivas (Rossi, 2018, p. 14-15).

A inclusão possibilita o desenvolvimento das capacidades e habilidades, visando a integração social. Tal integração deve permitir a emancipação do indivíduo na universalização e multiplicações de conhecimento em suas potencialidades. Além disso, a inclusão deve ser abordada considerando cada especificidade individual, a fim de garantir a plenitude desse exercício às pessoas com deficiência, na oportunidade e acesso em todos os lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser sujeito se expressa, juntamente aos demais, por meio de seus sentimentos e a forma como (re)interpretar suas narrativas no percurso da vida, situando-se em coletividade. Esse processo favorece as reflexões sobre a experiência, em uma história escrita pelo indivíduo nas experiências com o mundo. Desta forma, é possível aliar o conhecimento gerado nas investigações sobre história de vida de pessoas com deficiência congênita e adquirida na primeira infância, fazendo *jus* ao propósito da pesquisa acadêmica, construindo novas possibilidades de ver o mundo e a deficiência.

Iniciamos a seção conclusiva ressaltando a luta pela autonomia dos sujeitos. A valorização de suas experiências e narrativas, favorece a desmistificação do estigma lançado sobre a deficiência, assunto em tela, contribuindo para a emancipação. Este estudo identificou questões relacionadas à inclusão ou exclusão de mulheres com deficiência. Dentro de contextos específicos, a busca por independência financeira e autonomia, favorece a construção de histórias idiossincráticas, que nos mostram possibilidades e mudanças construídas paulatinamente de forma subjetiva e a partir da presença concreta das mulheres com deficiência física.

Retomamos os fundamentos centrais de nossa investigação, representados pelos objetivos traçados. Como objetivo geral definimos: compreender os impactos dos aspectos contextuais e culturais nas trajetórias de vida e na subjetividade de mulheres com deficiência física congênita ou adquirida na primeira infância. Como objetivos específicos: i) conhecer as trajetórias de vida de mulheres com deficiência física, explicitando como elas se interpretam, face à própria deficiência; ii) identificar as possíveis relações entre as trajetórias de vidas e os contextos escolar e de trabalho em que viveram, tendo em vista a percepção das participantes acerca do próprio processo de inclusão; e iii) analisar os impactos das barreiras de acessibilidade do ambiente a essas pessoas, diante da deficiência.

Os resultados de nossa pesquisa levaram a quatro categorias básicas: a primeira delas enfoca o preconceito e a interseccionalidade, apresentando narrativas da inclusão e exclusão de mulheres com deficiência. Nessa categoria identificamos a presença da interseccionalidade nas relações estabelecidas entre essas participantes e seu meio. Vimos que há diferentes categorias sociais como gênero e classe, influenciando a forma como o meio visualiza a deficiência, sob o prisma do preconceito. Vemos a dificuldade na construção do pertencimento, pela percepção de que as empresas apenas contratam para o cumprimento das legislações que operam pela inclusão, desvalorizando e inviabilizando suas potencialidades.

Nossa segunda categoria relativa à gênero e deficiência, debate as interseções e perspectivas, enfocando apenas o aspecto gênero e deficiência, ressaltando um duplo preconceito que denota subjugação a partir de classificações historicamente enraizadas. A perpetuação de uma visão estigmatizada das mulheres, torna-as incapazes, com a intensificação da deficiência que denota uma falta de autonomia sobre seus corpos e decisões, base para a violência de gênero e diversas outras discriminações. O enfrentamento dessas narrativas dominantes, que aumentam ainda mais a segregação, potencializa a luta pela visibilidade e inclusão.

Em consonância, a terceira categoria evidencia a acessibilidade no trabalho, ditando as (re)significações entre inserção e inclusão na busca do reconhecimento profissional. Essa categoria evidencia a forma como as interações no trabalho favorecem o sentimento de pertencimento e valorização, incorrendo no reconhecimento das potencialidades dessas participantes. Percebemos uma série de ocorrências nas quais Ana e Amélia sentiram-se desvalorizadas e menosprezadas. Essas experiências evidenciam os preconceitos arraigados, que incorrem na falta de acessibilidade física e social, alijando as pessoas com deficiência do mercado produtivo.

Por fim, nossa quarta categoria enfoca a acessibilidade escolar, delineando as construções e os percalços nas vivências da deficiência. Indicamos as experiências das participantes durante sua escolarização em níveis básico e superior, demarcando o estranhamento de seus pares, juntamente à construção de diferentes estereótipos e estigmas que colocam em xeque a capacidade física e intelectual, de forma preconceituosa. Esses estigmas reforçam a falta de apoio, repercutindo em experiências de *bullying*, como os olhares maldosos aos quais nossas participantes fizeram menção.

A presente investigação contemplou aspectos culturais, sociais e emocionais, relativos à deficiência física. Ressaltamos a importância do discurso pela inclusão social das pessoas com deficiência, sobretudo em relação à mobilidade, em diálogo com as experiências narradas. A deficiência, se constrói a partir de construções sociais, que dificultam a interação social, adaptação e reabilitação, percebidas, trazendo ainda outras indagações. Por sua vez, os investimentos nas empresas, tendo em vista o fomento à inclusão e ao (re)conhecimento das diferenças, pode promover um verdadeiro ativo à toda a sociedade.

Promover a inclusão de pessoas com deficiência é uma ação de responsabilidade social, que fomenta a diversidade e a igualdade, potencializa a criatividade e a produtividade, não centrando-se apenas no cumprimento de uma legislação. Essa é uma prática que beneficia a empresa, os colaboradores e a sociedade como um todo. Ao fomentar a inclusão, a

sociedade pode aproveitar esse potencial humano diversificado, agregando diferentes perspectivas e habilidades às equipes de trabalho. Conforme debatemos ao longo desta dissertação, as práticas inclusivas buscam a adaptação do ambiente às pessoas com deficiência e não o seu contrário.

Destaca-se a necessidade de ampliação das pesquisas que possam investigar melhor os seguintes pontos: i) *A representação feminina e a deficiência na mídia e na sociedade*, com a indicação sobre como a representação das mulheres com deficiência é realizada pelas manifestações midiáticas, bem como, a forma como essas manifestações impactam a autoimagem, a percepção social e o acesso ou limitação de oportunidades; ii) *A relação entre a escolaridade e o pertencimento*, explorando os níveis por meio dos quais as pessoas com deficiência percebem as instituições de ensino e também os ambientes de trabalho, evidenciando as assimetrias de gênero; iii) *Deficiência e os fatores psicossociais*, por meio da investigação sobre a forma como o estigma e a presença ou ausência de apoio impactam a autoimagem, podendo desencadear, inclusive, o desenvolvimento de transtornos e perturbações psicológicas, dentre outras temáticas.

Conforme pode-se depreender das reflexões apresentadas, o caminho ainda é extenso e demanda uma intensa mobilização social, na busca por uma sociedade mais justa e democrática. Cabe o empoderamento desse grupo social tão marcado pela invisibilidade, com a disponibilidade de treinamentos e acesso a bons empregos, com oportunidades para o crescimento e aperfeiçoamento pessoal. Além disso, é redentor um trabalho de conscientização das próprias pessoas com deficiência, pelo (re)conhecimento das leis que lhes garantem a acessibilidade, com vistas ao seu cumprimento.

REFERÊNCIAS

- Amaral, L. A. (1996). Deficiência: questões conceituais e alguns de seus desdobramentos. *Cadernos de Psicologia*, 2 (1), 3-12, disponível em: <https://www.cadernosdepsicologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/7>.
- Andrade, S. dos S. & Barzotto, C. E. (2015). Transversalidade de gênero: um conceito para analisar políticas públicas. *6º SBECE 3º SIECE*, disponível em http://www.2015.sbece.com.br/resources/anais/3/1430014084_ARQUIVO_ArtigoSbece6.pdf.
- Ávila-Vitor, M. R. do C. & Carvalho-Freitas, M. N. de. (2012). Valores organizacionais e concepções de deficiência: a percepção de pessoas incluídas. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, 2(4), 792-807, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000400003&lng=en&nrm=iso.
- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Beauvoir, S. de. (1980). *O Segundo Sexo*. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Bélens, J. N. M. (1998). *Trabalhando feito homem: história de vida e representações, o caso de mulheres do Estreito*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal de Paraíba, Curitiba.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Vozes.
- Bilge, S. (2009). Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogenes*, France, 225(1), 70, disponível em: http://dx.doi.org/10.3917/dio.225.0070_.
- Bock, G. L. K., Gomes, D. M. & Beche, R. C. E. (2020) A experiência da deficiência em tempos de pandemia: acessibilidade e ética do cuidado. *Criar educação*, 9(2), 122-142, disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/6049>.
- Bourdieu, P. (1998). Compreender. In.: Bourdieu, P., Beaud, A. A., Bourgois, E. B., Christin, S. B., Lenoir, J. P., Pinto, F. O. & Wacquant, A. S. *A Miséria do Mundo*. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 693-713.
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2008). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papius.

- Borges, A. M. F., Brignol, P., Schoeller, S. D. & Bonetti, A. (2012). Percepção das pessoas com lesão medular sobre a sua condição. *Rev Gaúcha Enferm*, 33(3), 119-125, disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/FdggR5pkxgdr5GfF3q8wKPh/?lang=pt>.
- Braidotti, R. (2010). Elemental complexity and relational vitality: the relevance of nomadic thought for contemporary Science. In.: GAFFNEY, P. *The force of the virtual: Deleuze, Science, and Philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Brasil. (1990). *Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm.
- Brasil. (1991). *Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991*. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm.
- Brasil. (2001). *Resolução CNE\ CEB n° 2, de 11 de setembro de 2001*. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40, disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>.
- Brasil. (2004). *Decreto n° 5.296, de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm.
- Brasil. (2007). *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. Brasília: SEDH/CORDE, disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192.
- Brasil. (2015). *Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

- Brasil. (2018). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Nota Técnica 01/2018*. Censo sócio demográfico – População residente por tipo de deficiência, disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3326&z=cd&o=6&i=P>.
- Butler, J. (2015). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Carvalho, M. E. P., Andrade, F. C. B. & Junqueira, R. D. (2009). *Gênero e diversidade sexual: um glossário*. João Pessoa, PB: Ed. Universitária, UFPB.
- Carvalho-Freitas, M. N. (2007). *A Inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras: Um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Carvalho-Freitas, M. N., & Marques, A. L. (2010). Formas de ver as pessoas com deficiência: um estudo empírico do construto de concepções de deficiência em situações de trabalho. *RAM, Rev. Administração Mackenzie*, 11(3–Edição Especial), 100-129, disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/hRFkTtPMn5xQXtQqTwxGncS/abstract/?lang=pt>.
- Carvalho-Freitas, M. N. de & Marques, A. L. (2011). Inserção de pessoas com deficiência em organizações brasileiras: um estudo com pessoas socialmente responsáveis. *Gestão Org Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 8(3), 483 – 502, disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaoorg/article/view/21664>.
- Carvalho-Freitas, M. N., Toledo, I. D. Ávila, Nepomuceno, M. F., Suzano, J. C. C., & Almeida, L. A. D. (2010). Socialização Organizacional de pessoas com deficiência. *RAE*, 50(3), 264-275, disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/RCBDkxmzQtjgXQkFCmbFPqM/>.
- Carvalho-Freitas, M. N., & Santos, J. C. (2023). *Capacitismo e inclusão: contribuições teórico-práticas da Psicologia Organizacional e do Trabalho*. Editora Vetor.
- Castro, R. D. de & Mayorga, C. (2019). Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei, 14(3), 1-18, disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082019000300011&lng=pt&nrm=iso.
- Chauí, M. (1973). Apresentação: Os Trabalhos da Memória. In.: Bosi, E. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo, EDUSP.
- Clot, Y. (2007). *A função psicológica do trabalho* (2. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Coelho, C. M. (2009). *Trabalhadores com deficiência: vivência subjetiva e realidade de trabalho*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Crenshaw, K. (2002) Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. 10(1), 177, disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>.
- Crespo, A. M. M. (2009). *Da invisibilidade à construção da própria cidadania: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes*. 399f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Crochik, J. L. (1995). *Preconceito: indivíduo e cultura*. São Paulo, SP: Rossi Editorial.
- Cruz, M. H. S. (2012). Questões sobre as diferenças de gênero no ensino superior: *Revista Temas Em Educação*, 28(1), 114–137, disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/24695/22433>.
- Dantas, T. C., Silva, J. S. S. & Carvalho. (2014). Entrelance entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, 20(4), 555-568, disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/bV7h6MQqf7VyQ5Y93RYrBdw/abstract/?lang=pt>.
- Didier-Weill, A. (1997). O artista e o psicanalista questionados um pelo outro. *In.: A. Didier-Weill, Nota Azul: Freud, Lacan e arte*. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5.ed. São Paulo, SP: Cortez.
- Diniz, D. (2003). Modelo Social da Deficiência: a crítica feminista. *SérieAnis*, 28, 1-10, disponível em:
<https://anis.org.br/wp-content/uploads/2022/10/Modelo-social-da-deficiencia-a-critica-feminista-2003.pdf>.
- Diniz, D. (2007). *O que é deficiência*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Diniz, D., Barbosa, L. & Santos, W. R. (2009). Deficiência, direitos humanos e justiça. *In.: Diniz, D. & Santos, W. (Org.). Deficiência e discriminação*. Brasília, DF: Letras Livres: Ed. UNB, 97-115.
- Drago, R. (2013). História de vida na pesquisa com adultos com deficiência: algumas reflexões. *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, 23(44), 05-17, disponível em:
<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/6945>.

- Duarte, C. R. S. & Cohen, R. (2004). Afeto e Lugar: A Construção de uma Experiência Afetiva por Pessoas com Dificuldade de Locomoção. *Anais do Seminário Acessibilidade no Cotidiano*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/politicas/328-2011.pdf>.
- Durkheim, É. (2012). *A educação moral*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Farias, A, Q. de. (2011). *Gênero e deficiência: uma história feminina de ruptura e superação de vulnerabilidades*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Farganis, S. (1997). O Feminismo e a reconstrução da ciência social. In.: Alison M. Jaggard & Susan R. B. (orgs.), *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro, RJ: Record: Rosa dos Tempos.
- Foucault, M. (2001). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Freud, S. (1930). O mal estar na civilização. In.: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (1980). *O Tabu da virgindade (contribuições à psicologia do amor II)*. In.: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XI. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 175-192.
- Freud, S. (1996). O "estranho". In.: Freud, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Gesser, M., Block, P. & Mello, A, G de. (2020). Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação. In.: Gesser, M; Block, G; Lopes, P (Org.). *Estudos da deficiência : anticapacitismo e emancipação social*. Curitiba, PR: CRV.
- Glat, R., Santos, R. da S., Pletsch, M. D., Nogueira, M. L. & Duque, M. A. (2004). O método de história de vida na pesquisa em Educação Especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 10(2), 235- 250, disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v10n02/v10n02a09.pdf>.
- Garland-Thomson, R. (2002). Integrating disability, transforming feminist theory. *NWSA Journal*, 14(3), 1-32.

- Gil, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- Kittay, E. F. (1999). *Love's Labor: Essays on Women, Equality and Dependency*. New York: Routledge.
- Kittay, E. F., Jennings, B. & Wasunna, A. A. (2005). Dependency, difference and the global ethic of longterm care. *The Journal of Political Philosophy*, 13(4), 443-469.
- Goffman, E. (1998). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. (4a. d., M. B. de M. L. Nunes, Tradução de Velho, Rev. Téc.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores. 158 p. (Série antropologia).
- Honneth, A. (2009). *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo, SP: 34 Ltda.
- Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (1973). *Temas básicos de sociologia*. São Paulo, SP: Cultrix.
- Josso, M. C. (2006). As figuras de ligação nos relatos de formação: ligações formadoras, deformadoras e transformadoras. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, SP, 32(2), 376-377, disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/s6NdjwQC6LGVHJWXNb9753R/abstract/?lang=pt>.
- Lane, S. T. M. (1989). O processo grupal. In.: Lane, S. T. M. & Codo, W. *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo, SP: Editora Brasiliense.
- Lefebvre, H. (2006). *A produção do espaço*. Paris: Éditions Anthropos.
- Lima, S. S. C. (2012). *Repercussões psicossociais da acessibilidade urbana para as pessoas com deficiência física*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei.
- Lobato, B. C. (2009). *Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: implicações da lei de cotas* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.
- Lockmann, K., Machado, R. B., & Freitas, D. D. (2017). A inclusão, a escola e a subjetivação docente: analisando o contexto do Rio Grande. *Educação em Revista*, 33, e154132, disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edur/a/g9bJBZvbFMHyKXFNyGp9rMD/?format=pdf&lang=pt>.
- López, A. M. (2015). Transversalidad de gênero: Educación, formación y empleabilidad. *Español do currículo*, [S.1], 8(2), 176-194, disponível em:
<https://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/154542/1/667555.pdf>.
- Macedo, P. C. M. (2008). Deficiência física congênita e Saúde Mental. *Rev. SBPH*, Rio de Janeiro, RJ, 11(2), 127-139, disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151608582008000200011 &lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151608582008000200011&lng=pt&nrm=iso).

- Maheirie, K. (2008). Identidade: o processo de exclusão/inclusão na ambiguidade dos movimentos sociais. *In.: Zanella, A., et al. (Org.) Psicologia e práticas sociais [online]* (pp. 55). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, disponível em: https://craspsicologia.files.wordpress.com/2012/04/livrozanella_psicologia_e_praticas_sociais.pdf.
- Maluf, S. W. (2001) Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas. *Revista Esboços*, 9 (9), 96, disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/563/9837>.
- Manzini, E. J. (2008). Acessibilidade: Um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área da educação. *In.: C. R. Baptista, K. R. M. Caiado, & D. M. Jesus (Orgs.), Educação especial: Diálogo e pluralidade*, 281-290. Mediação.
- Mantoan, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? porque? como fazer?* São Paulo, SP: Moderna, 2003.
- Martins, J. A. & Barsaglini, R. A. (2011). Aspectos da identidade na experiência da deficiência física: um olhar socioantropológico. *Comunicação Saúde Educação*.15(36), 109-21, disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/7sXdQKDhJJKfSn3gHvrs5JS/abstract/?lang=pt>.
- Mazzotta, M. J. S. da. & Antino, M. E. F. (2011). Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. *Saúde e sociedade*. 20 (2), disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/mKFs9J9rSbZZ5hr65TFs5H#>.
- Mello, A. G. de & Nuernberg, A. H. (2012). Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 20(3), disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rDWXgMRzzPFVTtQDLxr7Q4H/?lang=pt>.
- Mello, D., Murphy, S. & Clandinin, J. (2016). Introduzindo a investigação narrativa nos contextos de nossas vidas: uma conversa sobre nosso trabalho como investigadores narrativos. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, 1(3), 565-583, disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/3006>.
- Nascimento, L. C. do, Damasceno, G. J. B. & Assis, L. J. de. (2011). Mercado de Trabalho para as Pessoas com Deficiência em Betim/MG. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* 6(1), São João del-Rei, disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapi/volume6_n1/Nascimento_et_al.pdf.



- Neves, S. & Nogueira, C. (2005). Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas Ciências Sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 408-412, disponível em:
<https://www.scielo.br/j/prc/a/ZMkjGGcWRPMvKLFWZ94xfHf/?format=pdf&lang=pt>
- Oliver, M. (1990). *The Politics of Disablement*. London: MacMillan.
- Othero, M. B. & Ayres, J. R. de C. M. Necessidades de saúde da pessoa com deficiência: a perspectiva dos sujeitos por meio das histórias de vida. *Interface, Comunicação saúde educação*, 16(40), 219-233. 2012, disponível em:
<https://www.scielo.br/j/icse/a/dnjC4XvL6fYBT97ptsHgNZj/?format=pdf&lang=pt>.
- Pacheco, K. M. B. & Ciampa, A. C. (2006). O processo de metamorfose na identidade da pessoa com amputação. *Actafisiatrica*, 13(7), 163-167, disponível em:
http://www.actafisiatrica.org.br/detalhe_artigo.asp?id=192.
- Pereira, R. J. (2006). *Anatomia da diferença: uma investigação teórico-descritiva da deficiência à luz do cotidiano*. Tese (Doutorado). Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, RJ.
- Pichon-Rivière, E. (2000). *O processo grupal*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Poker, R. B., Valentim, F. D., & Garla, I. A. (2018). Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(spe), 127-134, disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pee/a/677qhyPHcwGg7yYPQ69xVVd/abstract/?lang=pt>.
- Pineau, G. (2006). As histórias de vida como artes formadoras da existência. In.: Souza, E. C. & Abrahão, M. H. M. (orgs.). *Tempos, Narrativas e Ficções: a invenção de si*. Porto Alegre, RS: EDPUCRS; Salvador: EDUNEB.
- Queiroz, M. I. P. (1988). Relatos orais, do indizível ao dizível. In.: Queiroz, M. I. P. de & Simson, O. de M. V. *Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil*. São Paulo, SP: Vértice. cap. 2. p. 14-43.
- Ribeiro, M. A. & Carneiro, R. (2009). A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à Lei de Cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. *O & S*, Salvador, BA, 16(50), 545-564, disponível em:
<https://www.scielo.br/j/osoc/a/wBLYwySGYjQyBTTPWhgwxrB/?format=pdf&lang=pt>.
- Rossi, R. P (2018). A Linguagem e o nascimento do outro: contribuições para a formação do professor. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, 34(67), 233-248, disponível em:
<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/51214>.

- Sardenberg, C. M. B. (2007). Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?. *Labrys, estudos feministas*, 11, disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6875>.
- Sasaki, R. K. (2002). Terminologia Sobre Deficiência na era da Inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, 5(24), 6–9, disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf.
- Sasaki, R. K. (2006). *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos* (7a ed.). Rio de Janeiro, RJ: WVA.
- Sérgio, M. (2003). *Alguns olhares sobre o corpo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Silva, O. A. da & Carvalho-Freitas, M. N. de. (2021). Inclusão, desenho do trabalho e satisfação de servidores públicos com diferença funcional. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 21(2), 1518-1527, disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198466572021000200012.
- Silva, É. G. C. da. (2021). *Tradução e adaptação transcultural do Model Disability Survey para o Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Reabilitação). Programa de Pós Graduação em Ciências da Reabilitação, Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Santa Cruz.
- Silva, A. P., Barros, C. R., Nogueira, M. L. & Barros, V. (2007). "Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. *Mosaico: estudos em psicologia*, 1(1), 25-35, disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/6224>.
- Silva, O. A. da & Carvalho-Freitas, M. N. de. (2021). Inclusão, desenho do trabalho e satisfação de servidores públicos com diferença funcional. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 21(2), 1518-1527, disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572021000200012.
- Silvers, A. (1995). Reconciling equality to difference: caring (f)or justice for people with disabilities *Hypatia*, 10(1), 30-35, disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3810457>.
- Silvers, A. (1998). Formal Justice. In.: Silvers A, Wasserman D, Mahowald M, (editors). *Disability, Difference, Discrimination: perspectives on justice in bioethics and public policy*. New York: Rowman & Littlefield Publishers.

- Souza, F. M. de, Sebastiany, E. G. & Sanfelice, G. (2022). A percepção dos alunos com deficiência sobre a inclusão no ensino superior. *Jornal de Políticas Educacionais*, 16(85759), disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/85759/46893>.
- Vale, C. A. do & Carvalho-Freitas, M. N. de. (2022) Influências de ações docentes na trajetória de estudantes universitários com diferença funcional. *Reeducação: Santa Maria*, 47, disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/52429/48398>.
- Velho, G. (2003). *Desvio e Divergência*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Verdu, A. M. A.C, Fernandes, C. M & Rodrigues, R. P. M. O. (2002). A inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais: implementação de práticas inclusivas e aspectos de planejamento educacional. *Revista Interação Psicologia*, 6(2), 1981-8076, disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3310>.
- Zanella, A. V. et al., (org.). (2008). *Psicologia e práticas sociais* [online]. Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 422 p.

ANEXOS

ANEXO A - APROVAÇÃO DA PESQUISA EM COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

	UFSJ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI - MG	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: EXCLUSÃO-INCLUSÃO DE PESSOAS COM DIFERENÇA FUNCIONAL		
Pesquisador: MARIA NIVALDA DE CARVALHO FREITAS		
Área Temática:		
Versão: 1		
CAAE: 94280318.5.0000.5151		
Instituição Proponente: Departamento de Psicologia		
Patrocinador Principal: Departamento de Psicologia		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 2.940.638		
Apresentação do Projeto:		
<p>A pesquisadora principal e demais pesquisadores colaboradores têm desenvolvido pesquisas sobre a inserção de pessoas com diferença funcional (deficiência) no trabalho e na educação desde 2007. Embora o conhecimento nesse campo esteja em desenvolvimento, tem faltado uma discussão mais aprofundada sobre o binômio exclusão-inclusão de pessoas com diferença funcional no que se refere aos possíveis parâmetros e fatores contingenciais envolvidos nesse contexto que pode ir da completa exclusão a uma inclusão plena. As pesquisas desenvolvidas sobre essa temática têm focado aspectos específicos desse binômio e não tem havido uma análise de possíveis relações entre parâmetros e fatores contingenciais. O atual projeto de pesquisa submetido ao CEP, intitulado "EXCLUSÃO-INCLUSÃO DE PESSOAS COM DIFERENÇA FUNCIONAL (DEFICIÊNCIA)", contém "dois subprojetos que visam contribuir para a ampliação do conhecimento do binômio exclusão-inclusão, entendendo que esse binômio se ancora em parâmetros, fatores contingenciais, forma de contato estabelecido e de características pessoais e sociodemográficas que podem auxiliar no entendimento desse fenômeno, tanto a partir das pessoas que lidam com pessoas com diferença funcional, quanto a partir do que elas próprias pensam e sentem nessa busca por inclusão".</p>		
Endereço: Praça Dom Helvécio, 74 - Sala 2-56		
Bairro: Fábricas		
Município: SAO JOAO DEL REI		
CEP: 38.307-352		
UF: MG		
Telefone: (32)3379-5598		
E-mail: cepej@ufsj.edu.br		



UFSJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

UFSJ - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL
REI - MG



Continuação do Parecer: 2.940.635

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1145181.pdf	26/06/2018 12:05:53		Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_ROSTO_EXCLUSAO_INCLUSAO.pdf	26/06/2018 12:04:35	MARIA NIVALDA DE CARVALHO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAO_DA_INSTITUICAO.pdf	23/06/2018 20:12:58	MARIA NIVALDA DE CARVALHO FREITAS	Aceito
Outros	Check_list_exclusao_inclusao.pdf	23/06/2018 20:10:05	MARIA NIVALDA DE CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_EXCLUSAO_INCLUSAO.pdf	12/06/2018 18:26:46	MARIA NIVALDA DE CARVALHO FREITAS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_responsabilidade_pesquisador_colaborador.pdf	12/06/2018 18:26:16	MARIA NIVALDA DE CARVALHO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_responsabilidade_pesquisador_principal.pdf	12/06/2018 18:25:51	MARIA NIVALDA DE CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PESQUISA_EXCLUSAO_INCLUSAO.pdf	12/06/2018 18:21:02	MARIA NIVALDA DE CARVALHO FREITAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO JOAO DEL REI, 04 de Outubro de 2018

Assinado por:
Mariana Rennó Jelen
(Coordenador(a))

Endereço: Praça Dom Hélcio, 74 - Sala 2:56

Bairro: Fátimas

CEP: 36.307-352

UF: MG

Município: SAO JOAO DEL REI

Telefone: (32)3379-5598

E-mail: cccpj@ufsj.edu.br

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

1. Conte-nos um pouco sobre a sua deficiência, como e quando você foi diagnosticado(a) e quais os processos de tratamento pelos quais você passou ao longo de sua vida.
2. Conte-nos sobre sua trajetória escolar e as diferentes relações sociais às quais você se vinculou.
3. Você entende que a sua deficiência impactou em alguma medida a forma como essas relações sociais foram estabelecidas? Como?
4. Você realizou estudos superiores? (graduação, pós-graduação?)? Houve adaptações realizadas para que seus estudos se desenvolvessem, face à sua deficiência?
5. Fale sobre as suas experiências de trabalho e sobre como seu trabalho foi acessado e conduzido?
6. Você percebe situações de preconceito ou estigma da sociedade sobre a sua deficiência? Conte um pouco sobre isso?
7. Como você lida pessoalmente com a sua deficiência?
8. Como você vê a interpretação das pessoas com as quais você convive sobre a sua deficiência?
9. Olhando para toda sua trajetória, como você analisa a acessibilidade (física, dos métodos, das atitudes das pessoas etc.)? E a inclusão: você na maior parte do tempo se sentiu como: incluído, excluído, entre um e outro? Por quê? Por favor, me dê alguns exemplos.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: “Trajetórias de vida das pessoas com deficiência física congênita ou adquirida na primeira infância”. Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Este trabalho visa compreender os impactos da estrutura social, em que predominam as ausências de acessibilidade e de inclusão das diferenças, nas trajetórias de vida dessas mulheres com deficiência física. A contribuição que se depreende é identificar empiricamente como as ausências de acessibilidade e inclusão “agem” na vida das pessoas.

A pesquisa será realizada em formato presencial, através de um roteiro semiestruturado e poderá ser gravada e/ou filmada, após sua autorização.

Você tem toda a liberdade para participar ou não da pesquisa, em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma, e poderá desistir a qualquer momento. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa poderá entrar em contato com a pesquisadora Thais Aparecida Santos pelo telefone: (37) 9192-1143 ou e-mail: thais.psicologia2017@gmail.com, podendo solicitar esclarecimento por telefone, e-mail ou presencial. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa a partir do parecer n. 2.940.638 e CAAE 94280318.5.0000.5151 em outubro de 2018.

Fui alertado (a) que este estudo apresenta risco mínimo para mim, isto é, possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, desconforto, medo, vergonha, estresse, quebra de sigilo, cansaço ao responder às perguntas, quebra de anonimato. Caso isso ocorra, serei encaminhado(a) para a Coordenação do curso de Pós-Graduação em Psicologia da UFSJ, a fim de receber o acompanhamento necessário. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida, poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários. Esse atendimento é estabelecido pelo Art. 3, 15 e 18 da Resolução 510 de 2016 do CNS.

Foi destacado que a minha participação no estudo é importante, uma vez que a pesquisa busca esclarecer, a partir do levantamento das trajetórias de vida, os designios sobre a deficiência e sua implicação na inserção ou exclusão social e diminuição dos estigmas.

Estou ciente e me foram assegurados os seguintes direitos:

- da liberdade de retirar o consentimento, a qualquer momento, e que poderei deixar de participar do estudo, sem que isso me traga prejuízo de qualquer ordem;
- da segurança de que não serei identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa;
- de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro relacionada com a participação neste estudo;
- de que posso me recusar a responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.
- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde;

Eu _____, portador do documento de identidade ou CPF _____, aceito participar da pesquisa intitulada: “Trajetórias de vida das pessoas com deficiência física”. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma via assinada e rubricada deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Itapecerica, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante Assinatura do (a) pesquisador(a)

Autorizo o uso de minha imagem e/ou voz para fins específicos de coleta de dados da pesquisa, sendo seu uso restrito à análise dos dados da entrevista. Fui informado que serão tomadas todas as medidas possíveis para preservar o anonimato e a minha privacidade.

Itapecerica, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante Assinatura do (a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, poderei consultar:

CEPSJ – Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

E-mail: cepsj@ufsj.edu.br

Endereço: Praça Dom Helvécio, 74, sala 2:56, bairro Fábricas, São João del-Rei (MG)

Telefone: (32) 3379-5598

Pesquisadora principal: Thais Aparecida Santos

Telefone para contato: (37) 99192-1143

E-mail para contato: thais.psicologia2017@gmail.com